



C&A MODAS S.A.

CNPJ 45.242.914/0001-05

www.cea.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

20% de crescimento no EBITDA Ajustado no 4T22 e 67% no ano, forte posição de caixa permitindo queda na alavancagem

DESTAQUES

- **Crescimento** de receita líquida de 4,7% comparado ao 4T21 e de 20,0% em relação a 2021;
- **Receita bruta digital** cresce 54,7% no tri e 30% no ano, atingindo mais de R\$ 1 bilhão;
- **Margem bruta** de mercadorias de 51,2%, aumento de 2,6 pontos percentuais em relação ao 4T21; no ano, fechamos em 49,1% com aumento de 3,3 pontos percentuais - patamar mais alto do que pré-pandemia;
- **EBITDA ajustado pós-IFRS16** de R\$ 364,3 milhões, 20,1% maior do que 4T21; no ano, crescimento de 66,5% atingindo R\$ 750,1 milhões;
- **Disciplina** no capex com investimentos de R\$ 373 milhões em 2022 nas alavancas de crescimento;
- **Alavancagem** de 0,9x dívida líquida/EBITDA (vs. 1.3x em Dez/21)

Indicadores (R\$ milhões)	4T22	4T21		2022	2021	
Receita Líquida	1.948,7	1.862,1	4,7%	6.183,5	5.153,2	20,0%
Receita Líquida Mercadorias	1.879,6	1.833,1	2,5%	5.904,5	4.960,6	19,0%
Vendas mesmas lojas (SSS)¹ (%)	1,0%	5,8%	-4,8p.p.	15,9%	24,7%	-8,8p.p.
Receita Bruta Digital (GMV² 1P+3P)	396,7	256,4	54,7%	1.170,7	900,7	30,0%
Margem Bruta Total (%)	51,7%	48,3%	3,4p.p.	50,2%	46,5%	3,7p.p.
Margem Bruta de Mercadorias (%)	51,2%	48,6%	2,6p.p.	49,1%	45,8%	3,3p.p.
Despesas Operacionais³	(497,1)	(535,0)	-7,1%	(2.131,8)	(1.749,4)	21,9%
EBITDA Ajustado (pós-IFRS16)⁴	364,3	303,4	20,1%	750,1	450,4	66,5%
Margem EBITDA Ajustada (pós-IFRS16) (%)	18,7%	16,3%	2,4p.p.	12,1%	8,7%	3,4p.p.
Lucro Líquido	212,9	154,4	37,9%	0,8	329,0	-99,8%
Investimentos	110,8	347,2	-68,1%	373,4	682,1	-45,3%

⁽¹⁾ SSS: *Same Store Sale* - Crescimento de vendas nas mesmas lojas. É composto pelas vendas das lojas ativas há mais de 13 meses em relação ao mesmo período do ano anterior, incluindo o e-commerce e todas as suas modalidades de vendas e entrega (100% online, vendas diretas, *Ship from Store* e Clique e Retire).
⁽²⁾ GMV - *Gross Merchandise Value*: 1P - first party relationship ou vendas da C&A, 3P - third party relationship ou vendas do marketplace.
⁽³⁾ Exclui despesas de depreciação e Amortização, inclusive a Depreciação Direito de Uso (Arrendamento) e PDD, para facilitar a análise.
⁽⁴⁾ Ajustes incluem: (i) Outras Receitas (despesas) Operacionais Líquidas; (ii) Receitas Financeiras de Fornecedores; e (iii) Recuperação de Créditos Fiscais.

Mensagem da Administração

A C&A registrou um desempenho sólido no quarto trimestre e no ano de 2022, apesar de um ambiente desafiador, com vendas líquidas e lucratividade aumentando, refletindo a relevância de nossas escolhas estratégicas e nosso forte foco em eficiência e disciplina financeira.

A C&A registrou crescimento de receita líquida de 4,7% no quarto trimestre, ainda que o período tenha sido marcado por condições climáticas atípicas, Copa do Mundo de futebol que impactou o fluxo, principalmente nos dias em que a seleção brasileira esteve em campo, e um ambiente de consumo desfavorável em dias de eleição. A Margem Bruta de Mercadorias melhorou 2,6 pontos percentuais e o EBITDA ajustado aumentou 20,1%, com margem melhorando 2,4 pontos percentuais.

Olhando para essas mesmas métricas para o ano de 2022, o desempenho foi ainda melhor, com receita líquida crescendo 20%, Margem Bruta de Mercadorias melhorando 3,3 pontos percentuais e EBITDA ajustado subindo dois dígitos fortes - 66,5%, com 3,4 pontos percentuais ganho de margem.

Nossas iniciativas de sustentabilidade receberam importante reconhecimento neste trimestre. Pelo 5º ano consecutivo, a C&A foi a marca mais bem posicionada (#1) no Índice de Transparência da Moda Brasileira (ITM), iniciativa do Fashion Revolution Brasil que mede até que ponto as práticas, práticas e impacto social e ambiental de cada cadeia de valor dos maiores varejistas brasileiros são divulgados. Fomos o único varejista de moda a atingir a pontuação de 73%, um aumento de 3% em relação à pontuação de 2021.

Esses números e conquistas são reflexo da boa execução de nossa estratégia e de nossos esforços para melhorar a rentabilidade de nossas operações. Para 2022, isso significava focar nas alavancas de crescimento, na eficiência de custos e na disciplina financeira geral. Continuamos nossa transformação digital, com GMV superior a 1 bilhão de reais no ano, tivemos um crescimento sólido em nossas lojas ACE *double doors* e ampliamos ainda mais nossa oferta de crédito, principalmente por meio do C&A Pay, que está crescendo fortemente. Ao mesmo tempo, em um ambiente macroeconômico e de consumo difícil, mostramos disciplina na abertura de lojas, reduzimos nossos investimentos em 45% ao longo do ano e reduzimos a alavancagem para menos de 1 vez através de forte geração de caixa.

O ambiente do Brasil em 2023 permanece incerto. Nesse contexto, nossas prioridades continuam sendo focar em resultados e proteger nosso caixa. Priorizaremos os investimentos em 2023, com abertura limitada de lojas e projetos de tecnologia direcionados. Acompanharemos de perto as despesas e o capital de giro, continuando a nos beneficiar da disciplina financeira para criar valor para nossos stakeholders.

A Administração C&A Modas S.A.

Alavancas do Plano de Crescimento

As alavancas do nosso plano de crescimento tiveram papel relevante nos resultados que alcançamos em 2022. Os principais destaques foram a abertura de 17 novas lojas e o fechamento de 4. Avançamos significativamente em nossas vendas pelo WhatsApp, oferecendo aos nossos clientes uma experiência de compra assistida que resulta em maior conversão e ticket médio. O investimento na cadeia de suprimentos do e-Commerce nos permitiu figurar entre as melhores em nível de serviço de entrega. E com o C&A Pay, demos acesso a mais de 2,5 milhões de portadores de cartão para comprar em nossas lojas.

Novas Lojas e Formatos

No quarto trimestre apenas uma nova loja foi inaugurada no Rio de Janeiro, no Shopping Boulevard Rio com 1.477 m², como consequência do ajuste em investimentos para proteção do caixa. Continuamos focados em nossa estratégia de abertura de lojas nas chamadas cidades tier 3 (população em torno de 500.000 habitantes) nas quais nos tornamos a principal opção de moda para a região. Das 43 lojas abertas nos últimos 2 anos, 27 estão localizadas em cidades de nível 3 e 11 não tinham concorrentes na área.

No trimestre, o foco foi a transformação de 10 lojas no formato *double door* para nossa marca esportiva ACE. Atualmente temos 13 lojas que operam neste formato e continuam apresentando resultados sólidos de crescimento de venda da categoria - em média, as vendas do ACE nessas lojas aumentam 2 vezes após a transformação. As vendas anuais do ACE aumentaram 23%.

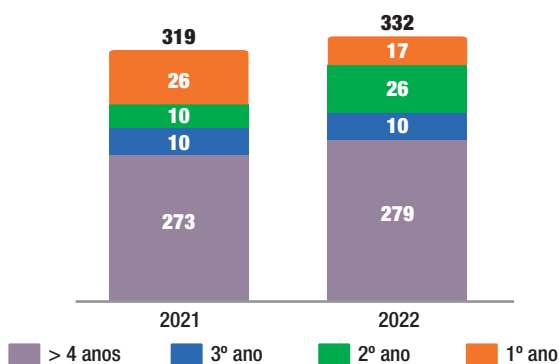
Lojas Formato Double Door Ace

- Shopping Parque Dom Pedro - Campinas/SP
- Shopping Iguatemi Fortaleza - Fortaleza/CE
- Shopping Anália Franco - São Paulo/SP
- Shopping Recife - Recife/PE
- Shopping Iguatemi Macedo - Macaé/AL
- Midway Mall - Natal/RN
- Plaza Shopping Niterói - Niterói/RJ
- Shopping Iguatemi Bahia - Salvador/BA
- Amazonas Shopping - Manaus/AM
- Shopping Conjunto Nacional - Brasília/DF
- Park Shopping Brasília - Brasília/DF
- Minas Shopping - Belo Horizonte/MG
- Shopping Aricanduva - São Paulo/SP



O total de lojas ao fim do 4T22 era de 332 unidades em todo país das quais 279, ou 84%, já estão em operação há mais de 4 anos. Nossa área de vendas já está acima de 615 mil m².

Distribuição de Loja por Idade



	4T22	4T21		2022	2021	
Lojas	332	319	13	332	319	13
Novas	1	11	-10	17	26	-9
Fechadas	0	0	0	4	2	2
Área de Vendas (mil m²)	616	597	3,1%	616	597	3,1%

Transformação Digital

As vendas por WhatsApp mais uma vez impulsionaram a receita omni, fazendo com que nosso GMV digital no ano ficasse acima de R\$ 1 bilhão. Este canal contribuiu para uma melhor rentabilidade, maior margem bruta e custos de entrega reduzidos. Esteque vendido via WhatsApp é na maior parte das vezes da própria loja, e os clientes preferem fazer a retirada, levando a maior fluxo nas lojas, despesas menores de frete e ticket médio maior.

O programa de relacionamento C&A&VC fecha o ano com mais de 24 milhões de clientes registrados, possibilitando a identificação de 72% das vendas totais. A nossa base total de clientes ativos cresceu 4%, considerando os últimos 12 meses, e a base de clientes do e-Commerce (incluindo as iniciativas de omnicanalidade) apresentou um aumento de 7%. Os clientes multicanais que somaram quase 10% do total apresentaram crescimento de 18% e tiveram uma média de gastos quase 2,5 vezes maior do que outros clientes considerando os últimos 12 meses.

Modernização da Cadeia de Suprimentos

O centro de distribuição de última geração dedicado ao e-Commerce, em operação desde novembro de 2021 - equipado com OSR Shuttle da KNAPP e integrado ao sistema de gestão do centro de distribuição (*Warehouse Management System*) da Manhattan, permitiu redução nas despesas relacionadas à operação do centro de distribuição. Além disso, alcançamos excelência nos níveis de serviço em relação ao prazo de entrega devido à automatização e eliminação de erros com a nova operação - 51% dos nossos pedidos foram entregues em todo o Brasil em até dois dias em 2022. Considerando o 4T22 e focando na região Sudeste, de onde vem a maior parte dos nossos pedidos, 57% dos pedidos foram entregues em até dois dias.

Quanto à adoção do modelo *push pull* de distribuição de produtos para as lojas, após importantes investimentos nos últimos dois anos para construir a estrutura: três novos *sorters* para movimentação de produtos em nível de SKU, o novo sistema de gestão de centros de distribuição da Manhattan e o algoritmo para alocar produtos baseados em inteligência artificial (SIA) da E2E (Accenture), em 2022 os resultados começaram a aparecer em nossa margem bruta. Com uma distribuição mais assertiva para as lojas, conseguimos reduzir as remarcações, o que ajudou a melhorar as margens brutas de vestuário. No final de 2022, aproximadamente 25% de nossas vendas de vestuário eram cobertas por *push pull*.

Oferta de Crédito

Assim como nos comprometemos no IPO, continuamos focados em aumentar a oferta de crédito aos nossos clientes. Considerando a parceria com o Bradesco e o C&A Pay - nossa oferta direta que completou o primeiro ano de operação em dezembro, atingimos os patamares pré-pandemia na oferta de crédito como percentual das vendas - 21%, um aumento de 5 p.p. em relação a 2021.

Podemos comemorar o sucesso do lançamento do C&A Pay, mesmo em um ambiente macroeconômico desafiador. Emitimos mais de 2,5 milhões de cartões digitais, com os indicadores de saúde financeira e retorno da carteira em linha com o definido no plano de negócios. Essa operação é acompanhada por comitês para garantir a adequada gestão de riscos e prestação de contas. Informações mais detalhadas estão disponíveis na seção Serviços Financeiros deste relatório.

Desempenho Financeiro

R\$ milhões	4T22	4T21		2022	2021	
Receita Líquida Total	1.948,7	1.862,1	4,7%	6.183,5	5.153,2	20,0%
Receita de Mercadoria	1.879,6	1.833,1	2,5%	5.904,5	4.960,6	19,0%
Vestuário	1.647,5	1.601,8	2,9%	5.021,1	4.204,1	19,4%
Fashiontronics e Beleza	232,1	231,3	0,3%	883,4	756,6	16,8%
Serviços Financeiros	62,8	25,2	149,2%	257,4	175,0	47,1%
Outras Receitas	6,3	3,9	61,5%	21,7	17,6	23,3%
%	4T22	4T21		2022	2021	
Vendas Mesmas Lojas (SSS)¹	1,0%	5,8%	-4,8p.p.	15,9%	24,7%	-8,8p.p.
Vestuário	1,3%	12,5%	-11,2p.p.	16,1%	32,7%	-16,6p.p.
Fashiontronics e Beleza	-1,3%	-24,7%	23,4p.p.	14,4%	-6,3%	20,7p.p.

⁽¹⁾ SSS: *Same Store Sale* - Crescimento de vendas nas mesmas lojas. É composto pelas vendas das lojas ativas há mais de 13 meses em relação ao mesmo período do ano anterior, incluindo o e-commerce e todas as suas modalidades de vendas e entrega (100% online, *Ship from Store* e Clique e Retire).

No quarto trimestre, a receita líquida totalizou R\$ 1.948,7 milhões, montante 4,7% superior ao do 4T21. Para o ano de 2022, a receita líquida total foi de R\$ 6.183,5 milhões, 20,0% acima do ano anterior. A receita líquida de mercadorias no trimestre ficou 2,5% superior, somando R\$ 1.879,6 milhões e no ano ficou 19,0% superior, atingindo R\$ 5.904,5 milhões. O crescimento observado foi devido principalmente ao bom desempenho do vestuário durante o ano - principalmente no 2T22, e ao C&A Pay no 4T22.

Observando o conceito de vendas de mercadorias mesmas lojas (*Same Store Sales*), observamos aumento de 1,0% no 4T22. No ano, o SSS foi de 15,9%.

Vestuário

A receita de vestuário apresentou aumento de 2,9% e SSS de 1,3% no 4T22 e para o ano de 2022, o aumento foi de 19,4% e o SSS foi 16,1%. O desempenho da categoria no trimestre foi impactado pelo clima frio atípico para o período principalmente na região sudeste, e pela copa do mundo de futebol - nos dias com jogo da seleção brasileira, o fluxo nas lojas ficava praticamente zerado após o horário do almoço. Apesar destes fatores externos, nossos produtos tiveram boa aceitação, principalmente as coleções de brilhos e brancos focadas nas festividades do final do ano.

Fashiontronics e Beleza

A categoria é composta por aparelhos celulares e smartphones, em sua maioria, e por itens de beleza e relógios. Embora os produtos de beleza tenham sido introduzidos na C&A apenas no final de 2019, atualmente já representam pouco mais de 15% da categoria e estão presentes em 274 lojas, além do canal digital.

O desempenho da receita foi praticamente estável em relação ao 4T21, ficando 0,3% superior e o SSS ficou negativo em 1,3%. Observamos fraca demanda para celulares e smartphones inclusive no evento da Black Friday. No ano, *Fashiontronics* e Beleza apresentaram crescimento de 16,8% na receita e o SSS ficou em 14,4%.

R\$ milhões	4T22	4T21		2022	2021	
Receita Bruta Digital Total (GMV² 1P+3P)	396,7	256,4	54,7%	1.170,7	900,7	30,0%
Receita Líquida Digital	295,9	195,4	51,4%	872,4	687,0	27,0%
% Receita Líquida Digital / Receita Total Mercadorias	15,7%	10,7%	5,0p.p.	14,8%	13,8%	1,0p.p.

⁽¹⁾ GMV - *Gross Merchandise Value*: 1P - first-party relationship ou vendas diretas, 3P - third-party relationship ou vendas do marketplace.

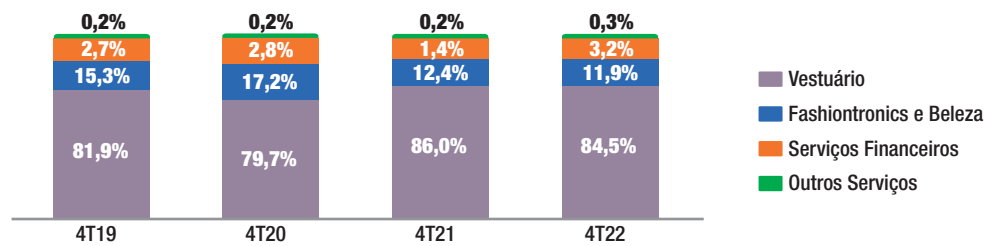
Nossa Receita Bruta Digital, ou GMV online, considerando nossas vendas e dos parceiros (*sellers*) em nosso marketplace apresentou um crescimento de 54,7% no trimestre, atingindo R\$ 396,7 milhões. Com isso, atingimos a marca recorde de mais de R\$ 1 bilhão de vendas no ano, crescendo 30% em relação a 2021.

A receita líquida omni da C&A no 4T22 foi de R\$ 295,9 milhões, crescimento de 51,4%. A participação em relação à venda total foi de 15,7%. No ano, a receita líquida omni ficou em R\$ 872,4 milhões, crescimento de 27%.

A receita de Serviços Financeiros no trimestre foi de R\$ 62,8 milhões, apresentando aumento de 149,2%, principalmente em função do crescimento da operação do C&A Pay. No ano de 2022, a receita de Serviços Financeiros ficou em R\$ 257,4 milhões, um aumento de 47,1%.

A linha de outras receitas apresentou aumento de 61,5% no 4T22, ficando em R\$ 6,3 milhões. No ano, a receita foi de R\$ 21,7 milhões, um aumento de 23,3%.

Receita Líquida por Negócio



No quarto trimestre, a participação do *fashiontronics* e beleza ficou em 11,9%, com queda de 0,5 p.p. em relação ao 4T21 e de 3,4 p.p. em relação ao 4T19. A receita de serviços financeiros aumentou a participação ficando em 3,2%.

Lucro e Margem Bruta

R\$ milhões exceto margens	4T22	4T21		2022	2021	
Lucro Bruto Total	1.008,4	898,5	12,2%	3.106,1	2.397,3	29,6%
Lucro Bruto de Mercadorias	962,0	890,3	8,1%	2.898,8	2.270,4	27,7%
Vestuário	911,2	839,9	8,5%	2.705,8	2.123,4	27,4%
Fashiontronics e Beleza	51,6	50,4	2,4%	193,9	147,0	31,9%
Lucro Bruto Serviços Financeiros	62,5	23,9	161,5%	255,8	173,0	47,9%
Lucro Bruto Outras	(16,9)	(15,6)	8,3%	(49,4)	(46,1)	7,2%
Margem Bruta Total	51,7%	48,3%	3,4p.p.	50,2%	46,5%	3,7p.p.
Margem Bruta Vestuário	55,3%	52,4%	2,9p.p.	53,9%	50,5%	3,4p.p.
Margem Bruta Fashiontronics e Beleza	22,2%	21,8%	0,4p.p.	21,9%	19,4%	2,5p.p.
Margem Bruta de Mercadorias	51,2%	48,6%	2,6p.p.	49,1%	45,8%	3,3p.p.

No 4T22, o lucro bruto acumulou R\$ 1.008,4 milhões, montante 12,2% superior ao do 4T21. No ano, o lucro bruto representou R\$ 3.106,1 milhões. A margem bruta total no trimestre foi de 51,7%, 3,4 p.p. superior em função principalmente da melhoria da margem observada no vestuário e pelo aumento da participação de serviços financeiros. No ano, a margem bruta total foi de 50,2%, aumento de 3,7 p.p. em relação a 2021 e ficando inclusive acima de 2019 - período pré-pandemia.

A margem bruta de mercadorias ficou em 51,2%, um aumento de 2,6 p.p. em relação ao 4T21. Este resultado é consequência principalmente da melhoria da margem de vestuário. No ano de 2022, a margem bruta de mercadorias ficou em 49,1%, 3,3 p.p. superior a 2021.

A margem bruta de *vestuário* ficou em 55,3%, um aumento de 2,9 p.p. em função da contínua evolução da precificação dinâmica e do início da captura do benefício da distribuição *push-pull* em nossos produtos de maior giro. Para o ano, a margem fechou em 53,9%, aumento de 3,4 p.p. em relação a 2021.

Em *Fashiontronics e Beleza*, a margem no trimestre foi de 22,2%, aumento de 0,4 p.p.. No ano, a margem ficou em 21,9%, representando um aumento de 2,5 p.p. principalmente em função do crescimento da participação de beleza em mais de 15 p.p. contribuindo com uma margem melhor do que celulares e smartphones, principalmente no cenário de competição mais agressiva a partir de meados de 22.

O lucro bruto de serviços financeiros ficou em R\$ 62,5 milhões, aumento de 161,5%, em linha com a variação de receita. No ano, o crescimento foi de 47,9%, atingindo R\$ 255,8 milhões.

O lucro bruto na linha de outras ficou negativo em R\$ 16,9 milhões em função de perdas de mercadorias registradas no trimestre. No ano, o montante negativo foi de R\$ 49,4 milhões.

Despesas Operacionais

R\$ milhões	4T22	4T21		2022	2021	
Despesas com Vendas	(476,9)	(492,9)	-3,2%	(1.815,4)	(1.595,6)	13,8%
Despesas Gerais e Administrativas	(139,7)	(106,1)	31,7%	(485,6)	(363,2)	33,7%
Total Despesas com Vendas e Gerais e Administrativas¹	(616,5)	(599,0)	2,9%	(2.301,0)	(1.958,9)	17,5%
Outras (Despesas) Receitas Operacionais	119,5	64,0	86,7%	169,3	209,5	-19,2%
Despesas Operacionais¹	(497,1)	(535,0)	-7,1%	(2.131,8)	(1.749,4)	21,9%
%	4T22	4T21		2022	2021	
Despesas com Vendas/Receita Líquida Total	24,5%	26,5%	-2,0p.p.	29,4%	31,0%	-1,6p.p.
Despesas G&A/Receita Líquida Total	7,2%	5,7%	1,5p.p.	7,9%	7,0%	0,9p.p.
Despesas com Vendas e G&A/Receita Líquida Total	31,6%	32,2%	-0,6p.p.	37,2%	38,0%	-0,8p.p.

⁽¹⁾ As despesas consideram o impacto do pagamento do arrendamento mercantil, conforme norma contábil IFRS 16. As informações excluindo esse impacto, estão disponíveis na planilha de fundamentos no site de RI da C&A. Também são excluídas as despesas de Depreciação e Amortização, inclusive a Depreciação Direito de Uso (Arrendamento), e provisão em crédito líquida, para facilitar a análise.
 No quarto trimestre



C&A MODAS S.A.
CNPJ 45.242.914/0001-05
www.cea.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

R\$ milhões	4T22	4T21		2022	2021	
Parceria Bradescard	10,7	24,5	-56,3%	123,2	174,3	-29,3%
C&A Pay (Private Label)	52,2	0,7	7357,1%	134,1	0,7	19057,1%
Receita líquida do Funding e Impostos de Serviços Financeiros	62,8	25,2	149,2%	257,3	175,0	47,0%
Lucro bruto - Serviços Financeiros	62,5	23,9	161,5%	255,8	173,0	47,9%
(-) Perdas, Liq. das Recuperações (C&A Pay - Private Label)	(30,0)	(0,5)	5.900,0%	(64,3)	(0,5)	12.760,0%
(-) Despesas Totais de Serviços Financeiros	(66,0)	(47,4)	39,2%	(227,0)	(137,3)	65,3%
(=) Resultado de Serviços Financeiros	(33,5)	(24,0)	39,6%	(35,5)	35,2	-200,9%

Indicadores	4T22	4T21		2022	2021	
Parceria Bradescard						
Média Líquida de Contas a Receber (bilhões)	2,6	2,9	-10,3%	2,8	2,9	-3,4%
% da Venda	6%	13%	-7p.p.	8%	14%	-6p.p.
Número de cartões novos (mil)	93,0	265,0	-64,9%	365,1	871,0	-58,1%
Número de cartões ativos (milhões)	2,1	2,6	-19,2%	2,3	2,7	-14,8%
Perdas, líquidas das recuperações, sobre carteira média - período (%)	4,9%	3,6%	1,3p.p.	12,3%	7,6%	4,7p.p.
C&A Pay (Private Label)						
Carteira final do período (milhões)	562,6	98,2	472,7%	562,6	98,2	472,7%
% da Venda	16%	4%	12p.p.	13%	2%	11p.p.
Número de cartões novos (mil)	608,0	401,5	51,4%	2.165,0	401,5	439,2%
Número de cartões emitidos (mil)	2.567,0	401,5	539,4%	2.567,0	401,5	539,4%
Perdas, líquidas das recuperações, sobre carteira média - período (%)	6,3%	1,0%	5,3p.p.	19,5%	4,0%	15,5p.p.

Na parceria com Bradescard, o número de cartões novos emitidos no trimestre foi de 93 mil e a participação do crédito oferecido como % das vendas foi de 6%, caindo 7 p.p..
O C&A Pay emitiu no trimestre mais de 600 mil novos cartões digitais, atingindo mais de 2,57 milhões de cartões emitidos. As perdas líquidas de recuperação sobre a carteira média no trimestre representaram 6,3%.

C&A Pay - Private Label (R\$ mil)	A vencer	Vencida	Saldo
Até 30 dias	127.055	10.381	137.456
de 31 a 60 dias	85.049	10.293	95.342
de 61 a 90 dias	58.792	15.454	74.246
de 91 até 180	107.183	42.130	149.312
de 180 a 360 dias	65.821	39.869	105.690
Acima de 361 dias	605	-	-
Total	444.505	118.127	562.652

A carteira em aberto a partir de 90 dias ficou em 14,6%. Lembrando que o C&A Pay completou o primeiro ano de operação em dezembro/22 e ainda se encontra em fase de formação de safas. Este percentual deve aumentar com a maturação do negócio.

C&A Pay - Private Label (R\$ mil)	Carteira	PDD	% Cobertura
Saldo On Balance	562.632	64.095	11,4%
Estágio 1	445.148	3.086	0,7%
Estágio 2	34.775	4.263	12,3%
Estágio 3	82.709	56.746	68,6%
Saldo Off Balance¹	1.143.596	343	0,0%
Total Geral	1.706.228	64.438	3,8%

Índice de cobertura sobre carteira crédito **11,5%**

¹) Considera limites concedidos e não utilizados
O índice de cobertura sobre a carteira de crédito fechou o trimestre em 11,5%.

Modalidades de Pagamento	4T22	4T21		2022	2021	
À vista	33%	35%	-2p.p.	31%	34%	-3p.p.
Cartões parceria Bradescard	6%	13%	-7p.p.	8%	14%	-6p.p.
Até 5 parcelas	4%	8%	-4p.p.	5%	8%	-3p.p.
Acima de 5 parcelas	1%	2%	-1p.p.	1%	2%	-1p.p.
Outros	1%	3%	-2p.p.	2%	4%	-2p.p.
C&A Pay (Private Label)	16%	4%	12p.p.	13%	2%	11p.p.
Até 5 parcelas	10%	3%	7p.p.	8%	1%	7p.p.
Acima de 5 parcelas	1%	0%	1p.p.	1%	0%	1p.p.
Outros	5%	1%	4p.p.	4%	1%	3p.p.
Cartões Terceiros	45%	48%	-3p.p.	48%	50%	-2p.p.
Até 3 parcelas	29%	32%	-3p.p.	30%	31%	-1p.p.
Acima de 3 parcelas	6%	8%	-2p.p.	9%	12%	-3p.p.
Outros	10%	8%	2p.p.	9%	8%	1p.p.

Nas modalidades de pagamento, destaca-se o ganho de participação do C&A Pay em detrimento das outras modalidades.

R\$ milhões exceto margem	4T22	4T21		2022	2021	
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	212,9	154,4	37,9%	0,8	329,0	-99,8%
(+) Impostos sobre o Lucro	93,6	32,0	192,5%	(44,1)	(328,0)	-86,6%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	45,7	30,4	50,3%	311,5	91,8	239,3%
(+) Depreciação e Amortização	129,0	146,3	-11,8%	641,9	554,6	15,7%
(-) EBITDA (pós-IFRS16)	481,3	363,1	32,6%	910,1	647,4	40,6%
(+/-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	13,4	(20,3)	-166,0%	31,1	18,9	64,6%
(+) Receita Financeira de Fornecedores	2,5	4,4	-43,2%	9,2	12,4	-25,8%
(-) Recuperação de Créditos Fiscais	(132,9)	(43,7)	204,1%	(200,4)	(228,4)	-12,3%
(-) EBITDA Ajustado (pós-IFRS 16)¹	364,3	303,4	20,1%	750,1	450,4	66,5%
Margem EBITDA Ajustada (pós-IFRS 16)² sobre Receita Líquida	18,7%	16,3%	2,4p.p.	12,1%	8,7%	3,4p.p.
Margem EBITDA Ajustada (pós-IFRS 16)² sobre Receita de Mercadorias	19,4%	16,6%	2,8p.p.	12,7%	9,1%	3,6p.p.

¹) EBITDA ajustado por: (i) outras receitas (despesas) operacionais líquidas; (ii) receita financeira de fornecedores; e (iii) recuperação de créditos fiscais.
O EBITDA ajustado pós-IFRS 16 no quarto trimestre de 2022 foi de R\$ 364,3 milhões, um aumento de 20,1% em relação ao 4T21, com margem EBITDA ajustada pós-IFRS 16 de 18,7%. No ano, o EBITDA ajustado pós-IFRS 16 foi de R\$ 750,1 milhões com margem de 12,1%.
Vale mencionar que no 4T22 foi feito um estudo a respeito da vida útil de nossos ativos. O resultado deste estudo fez com que os valores da depreciação fossem revisados para o ano todo e o impacto foi contabilizado no trimestre, no montante de uma redução na linha de aproximadamente R\$ 41 milhões.

R\$ milhões exceto margem	4T22	4T21		2022	2021	
(-) Resultado de Serviços Financeiros	33,5	24,0	39,6%	35,5	(35,2)	-200,9%
EBITDA Ajustado (pós-IFRS16) da Operação de Varejo	397,9	327,4	21,5%	785,6	415,2	89,2%
Margem EBITDA Ajustado (pós-IFRS16) da Operação de Varejo	20,4%	17,6%	2,8p.p.	12,7%	8,1%	4,6p.p.

No trimestre, o EBITDA ajustado da operação de Varejo foi de R\$ 397,9 milhões, com margem de 20,4%. No ano, o EBITDA ajustado da operação de Varejo ficou em R\$ 785,6 milhões.

R\$ milhões	4T22	4T21		2022	2021	
Variação Cambial	0,3	(0,1)	-400,0%	0,3	(0,7)	-142,9%
Total Despesas Financeiras	(171,9)	(85,7)	100,6%	(601,3)	(267,3)	125,0%
Juros sobre empréstimos	(81,4)	(31,7)	156,8%	(272,4)	(81,5)	234,2%
Juros sobre Arrendamento	(40,2)	(34,0)	18,2%	(156,5)	(135,4)	15,6%
Juros sobre impostos e contingências	(6,1)	(4,0)	52,5%	(21,7)	(14,5)	49,7%
Outras Despesas Financeiras	(44,2)	(16,0)	176,3%	(150,7)	(36,0)	318,6%
Total Receitas Financeiras	125,9	55,4	127,3%	289,6	176,2	64,4%
Receitas com juros	84,2	35,7	135,9%	168,6	126,4	33,4%
Juros sobre aplicações financeiras	39,1	15,3	155,6%	111,7	37,4	198,7%
Outras Receitas Financeiras	2,5	4,4	-43,2%	9,3	12,4	-25,0%
Resultado Financeiro	(45,7)	(30,4)	50,3%	(311,5)	(91,8)	239,3%

No 4T22, o resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 45,7 milhões principalmente em função do aumento da despesa financeira com juros sobre empréstimos - consequência do aumento da dívida e do aumento da taxa CDI. Além dos juros com empréstimos, houve aumento em outras despesas financeiras refletindo o ajuste a valor presente das compras de fornecedores dado aumento na taxa Selic e a contabilização da correção monetária do valor devido ao Bradesco pela recompra do direito de ofertar crédito, que não existia no 4T21 e representou R\$ 16,3 milhões. Os impactos mencionados anteriormente foram parcialmente mitigados pelo reconhecimento dos juros dos créditos fiscais, principalmente do processo referente ao direito de alíquota zero do PIS e da COFINS, prevista pela Lei nº 11.196/2005 (conhecida como "Lei do Bem"), para a venda a varejo de smartphones produzidos no país no valor de cerca de R\$ 40 milhões. No ano, o resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 311,5 milhões, sendo mais de 3 vezes maior do que a observada em 2021 principalmente em função do aumento na taxa de juros e maior endividamento.

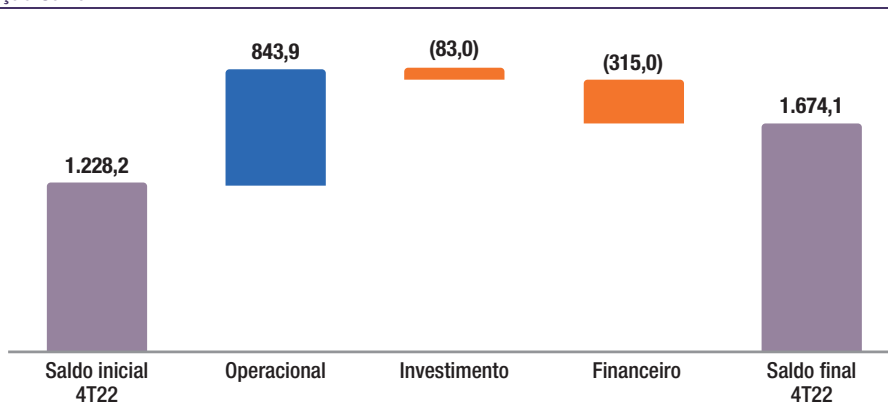
R\$ milhões exceto margem	4T22	4T21		2022	2021	
Lucro (Prejuízo) Líquido	212,9	154,4	37,9%	0,8	329,0	-99,8%
Margem Líquida	10,9%	8,3%	2,6p.p.	0,0%	6,4%	-6,4p.p.

No 4T22, a C&A apresentou lucro de R\$ 212,9 milhões, com margem líquida de 10,9%. No ano de 2022, o lucro foi de R\$ 0,8 milhão. Lembrando que no 4T21 houve o reconhecimento de um crédito fiscal relevante que resultou no lucro apresentado na tabela. Excluindo os efeitos não recorrentes do trimestre, o resultado teria sido um lucro de cerca de R\$ 80 milhões. No ano, eliminando o efeito do crédito fiscal mencionado, o prejuízo teria sido cerca de R\$ 130 milhões.

R\$ milhões	4T22	4T21		2022	2021	
Lucro (Prejuízo) pré-IFRS16 antes do IR/CSLL	310,3	192,2	61,4%	10,1	44,2	-77,1%
Depreciação e amortização	47,4	68,2	-30,5%	295,1	246,3	19,8%
(+/-) Outros	(8,4)	7,0	-220,0%	223,5	(134,7)	-265,9%
Ajustes sem efeito caixa	38,9	75,2	-48,3%	518,5	111,9	363,4%
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7,9)	0,0	-	(19,8)	(1,8)	1.000,0%
Capital de Giro	502,6	95,7	425,2%	92,6	(112,8)	-182,1%
Contas a receber	(207,3)	(282,6)	-26,6%	(206,9)	(98,7)	109,6%
Estoque	100,1	10,1	891,1%	(65,9)	(261,0)	-74,8%
Fornecedores	414,3	238,4	73,8%	145,5	133,7	8,8%
Outros	195,5	129,9	50,5%	219,9	113,3	94,1%
Caixa originado das atividades operacionais	843,9	363,1	132,4%	601,5	41,6	1.345,9%
(-) CAPEX (Investimentos)	(83,0)	(240,3)	-65,5%	(471,6)	(571,3)	-17,5%
(=) Fluxo de Caixa Livre Ajustado	760,9	122,8	519,6%	129,9	(529,8)	-124,5%

No quarto trimestre de 2022, o fluxo de caixa livre foi de R\$ 760,9 milhões, com a melhora no capital de giro decorrente de nossas iniciativas para aumentar o ciclo de pagamento - junto a fornecedores diretos e indiretos, e para reduzir o ciclo de recebimento - introdução da parcela mínima, dentre outras, e na redução de investimentos. No ano, o fluxo de caixa livre ficou em R\$ 129,9 milhões.

Movimentação Caixa - 4T22



Acompanhando a movimentação específica do trimestre, houve geração relevante de caixa no montante de R\$ 445,9 milhões. As atividades operacionais geraram caixa no valor de R\$ 843,9 milhões, valor beneficiado pela compensação de créditos fiscais extemporâneos de R\$ 27,4 milhões (para 2022 valor de cerca de R\$ 230 milhões). Os investimentos consumiram R\$ 83,0 milhões e as atividades de financiamento consumiram R\$ 315,0 milhões. Importante mencionar que no 4T22 realizamos o pré-pagamento de uma dívida, uma CCB (Cédula de Crédito Bancário) no valor de R\$ 230 milhões que venceria no 2T23, fazendo com que as atividades de financiamento tivessem consumo de caixa mais relevante.

R\$ milhões	4T22	4T21		2022	2021	
Total dos Investimentos¹	110,8	347,2	-68,1%	373,4	682,1	-45,3%
Novas Lojas	16,0	93,7	-82,9%	108,4	178,7	-39,3%
Reformas e Remodelagens	22,9	36,9	-37,9%	45,6	59,8	-23,7%
Cadeia de Suprimentos	11,6	43,7	-73,5%	37,8	144,5	-73,8%
Digital e Tecnologia	60,3	172,9	-65,1%	181,6	299,1	-39,3%

¹) O valor do investimento corresponde aos investimentos adquiridos no período, mas não necessariamente pagos. O montante pago (saída de caixa) está informado no fluxo de caixa das atividades de investimentos.
O investimento no trimestre foi de R\$ 110,8 milhões, valor 68,1% menor quando comparado ao 4T21. Do total, investimentos em Digital e Tecnologia somaram R\$ 60,3 milhões. No ano de 2022, o investimento foi de R\$ 373,4 milhões, 45,3% menor do que em 2021.

Endividamento

R\$ milhões	2022	2021	
Dívida Bruta	2.151,2	1.375,2	56,4%
Dívida de Curto Prazo	746,4	121,6	513,8%
Dívida de Longo Prazo	1.404,8	1.253,6	12,1%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras	1.682,8	1.058,0	59,1%
(=) Caixa ou (Dívida Líquida)	(468,4)	(317,2)	47,7%

No fim do quarto trimestre, nossa dívida líquida era de R\$ 468,4 milhões e a dívida total apresentava um prazo médio de 3,7 anos e um custo médio (all in) de CDI+2,03%. A alavancagem calculada de acordo com os critérios de covenants das dívidas contraídas ficou em 0,9x a dívida líquida/EBITDA últimos doze meses (no valor de R\$ 501 milhões) em função do foco a partir de meados de 2022 em proteção ao caixa.

R\$ milhões	2022	2021	
EBITDA	910,1	647,4	
(-) Pagamentos Arrendamento Mercantil	(449,9)	(396,8)	
(=) EBITDA excluindo IFRS16	460,1	250,6	
(+/-) Ganhos (Perdas) Venda de Ativos Excluindo Efeitos do IFRS16 (Nota Explicativa 27.5)	8,6	4,6	
(+/-) Impairment (Nota explicativa 27.5)	(6,1)	(3,9)	
(+) Receita Financeira de Fornecedores (Nota explicativa 28)	9,2	12,4	
(-) Gastos com Reestruturação/Consultoria (Nota explicativa 27.5)	7,1	4,3	
(+/-) Provisões (Reversões) de Contingências (Nota Explicativa 23.2)	22,2	(19,2)	
(=) EBITDA Ajustado para covenants¹	501,1		



C&A MODAS S.A.

CNPJ 45.242.914/0001-05
www.cea.com.br



BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.627.977	1.003.249	1.674.091	1.050.251	Arrendamentos	18	513.238	471.723	513.238	471.723
Títulos e valores mobiliários	7	8.735	-	8.735	-	Fornecedores	19	1.852.814	1.399.676	1.864.653	1.400.736
Contas a receber	8	1.065.961	1.144.404	1.278.206	1.145.336	Empréstimos e debêntures	20	582.558	105.108	746.015	121.178
Derivativos	30.2.a	1.371	1.535	1.371	1.535	Derivativos	30.2.a	1.756	1.910	1.756	1.910
Partes relacionadas	9	4.335	643	95	504	Obrigações trabalhistas	21	198.732	155.470	198.732	155.470
Estoques	11	852.224	849.269	852.033	849.269	Partes relacionadas	9	48.567	95.454	43.592	59.017
Tributos a recuperar	12	898.651	848.803	899.433	849.155	Tributos a recolher	22	245.954	175.352	248.041	176.103
Outros ativos	13	39.200	33.337	39.259	33.348	Outros passivos		29.733	28.585	63.704	28.918
Total do ativo circulante		4.498.454	3.881.240	4.753.223	3.929.398	Total do passivo circulante		3.473.352	2.397.278	3.679.731	2.415.055
Não circulante											
Realizável a longo prazo						Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	7	-	7.776	-	7.776	Arrendamentos	18	1.275.974	1.342.425	1.275.974	1.342.425
Tributos a recuperar	12	937.371	839.778	937.371	839.778	Fornecedores	19	12.570	435.060	12.570	435.060
Tributos diferidos	14	423.409	378.365	423.409	378.803	Empréstimos e debêntures	20	1.404.817	1.253.648	1.404.817	1.253.648
Depósitos judiciais	23.3	61.290	61.937	61.290	61.937	Obrigações trabalhistas		7.370	5.675	7.370	5.675
Partes relacionadas	9	76	133	76	133	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23	182.750	169.526	182.847	169.526
Outros ativos	13	2.528	2.587	2.528	2.587	Tributos a recolher	22	15.863	16.212	15.863	16.212
Total do ativo realizável a longo prazo		1.424.314	1.290.576	1.424.314	1.291.014	Outros passivos		50.226	40.056	50.226	40.056
Investimento	15	48.655	31.272	-	-	Total do passivo não circulante		2.949.570	3.262.602	2.949.667	3.262.602
Imobilizado	16	865.545	836.269	865.545	836.269	Total do passivo		6.422.922	5.659.880	6.629.398	5.677.657
Direito de uso - arrendamento mercantil	18	1.565.447	1.640.290	1.565.447	1.640.290	Patrimônio líquido					
Intangível	17	1.020.702	975.239	1.021.065	975.695	Capital social	24	1.847.177	1.847.177	1.847.177	1.847.177
Total do ativo não circulante		4.924.663	4.773.846	4.876.371	4.743.268	Ações em tesouraria		(6.778)	(1.362)	(6.778)	(1.362)
						Reserva de capital		37.641	27.861	37.641	27.861
						Reserva de lucros		1.122.409	1.121.578	1.122.409	1.121.578
						Resultados abrangentes		(254)	(248)	(254)	(248)
						Total participação de controladores		3.000.195	2.995.006	3.000.195	2.995.006
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	1	3
						Total do patrimônio líquido		3.000.195	2.995.006	3.000.196	2.995.009
						Total do passivo e do patrimônio líquido		9.423.117	8.654.886	9.629.594	8.672.666
Total do ativo		9.423.117	8.654.886	9.629.594	8.672.666						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto o resultado por ação)

Receita líquida	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida	26	6.081.265	5.150.223	6.183.550	5.153.205
Venda de mercadorias e serviços		5.926.749	4.978.231	5.926.177	4.978.231
Produtos e serviços financeiros		154.516	171.992	257.373	174.974
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	27	(3.076.995)	(2.754.776)	(3.077.441)	(2.755.897)
Venda de mercadorias e serviços		(3.076.408)	(2.753.915)	(3.075.909)	(2.753.915)
Produtos e serviços financeiros		(587)	(861)	(1.532)	(1.982)
Lucro bruto		3.004.270	2.395.447	3.106.109	2.397.308
(Despesas) e receitas operacionais: Gerais e administrativas	27	(676.045)	(486.412)	(682.646)	(487.881)
Vendas	27	(2.178.333)	(2.026.254)	(2.260.266)	(2.025.632)
Perdas em créditos, líquidas		-	-	(64.271)	(492)
Equivalência patrimonial	15	(52.667)	530	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	170.287	209.495	169.254	209.495
Lucro antes do resultado financeiro		267.512	92.806	268.180	92.798
Resultado de variação cambial		324	(691)	324	(691)
Despesas financeiras		(599.947)	(267.168)	(601.339)	(267.305)
Receitas financeiras		288.304	176.019	289.559	176.189
Resultado financeiro	28	(311.319)	(91.840)	(311.456)	(101.807)
(Prejuízo) Lucro antes dos impostos sobre o lucro		(43.807)	966	(43.276)	991
Impostos sobre o lucro	14	44.638	328.042	44.105	328.018
Lucro líquido do exercício		831	329.008	829	329.009
Atribuível aos acionistas: Não controladores		-	-	(2)	1
Controladores		-	-	831	329.008
Lucro básico por ação - em R\$	33	-	-	0,0027	1,0681
Lucro básico por ação diluído - em R\$	33	-	-	0,0027	1,0617

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R\$)

Saldos em 31 de dezembro de 2020	Nota explicativa	Reserva de capital		Reserva de lucro			Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total controladores	Participação não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de lucros legal	Reservas de incentivos fiscais	Reserva para investimento					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.847.177	-	10.516	8.859	48.600	-	1.874	742.096	-	2.654.798	2.654.800
Instrumentos patrimoniais outorgados - Remuneração baseada em ações	10	-	-	-	8.486	-	-	-	8.486	-	8.486
Recompra de ações	-	(1.362)	-	-	-	-	-	-	(1.362)	-	(1.362)
Destinação do resultado: Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	329.008	329.008	1	329.009
Reserva Legal	-	-	-	-	16.450	-	-	(16.450)	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	75.720	-	(75.720)	-	-	-
Reserva para investimento	-	-	-	-	-	-	-	227.160	-	-	227.160
Reservas de incentivos fiscais	24.8	-	-	-	-	-	9.678	(9.678)	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	4.076	-	-	4.076
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.847.177	(1.362)	10.516	17.345	65.050	75.720	11.552	969.256	(248)	-	2.995.006
Instrumentos patrimoniais outorgados - Remuneração baseada em ações	10	-	-	-	-	-	-	-	9.780	-	9.780
Recompra de ações	-	(5.416)	-	-	-	-	-	-	(5.416)	-	(5.416)
Destinação do resultado: Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	831	(2)	829
Reserva Legal	-	-	-	-	42	-	-	(42)	-	-	-
Reservas de incentivos fiscais	24.8	-	-	-	-	-	789	(789)	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(6)	-	-	(6)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.847.177	(6.778)	10.516	27.125	65.092	75.720	12.341	969.256	(254)	1	3.000.196

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R\$)

Lucro líquido do exercício	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	831	329.008	829	329.009
Outros resultados abrangentes:				
Resultados com derivativos	(9)	6.176	(9)	6.176
Efeitos tributários	3	(2.100)	3	(2.100)
Total de resultado abrangente a ser reclassificado para resultado do exercício em períodos subsequentes, líquidos dos tributos	(6)	4.076	(6)	4.076
Total do resultado abrangente	825	333.084	823	333.085
Atribuível aos acionistas: Não controladores	-	-	(2)	1
Controladores	-	-	823	333.085

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A C&A Modas S.A. (doravante denominada "Companhia" ou "Controladora") tem sua sede social localizada na Alameda Araguaia, nº 1.222 - Barueri - São Paulo - Brasil. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto e possui 33,79% das ações negociadas na B3 (São Paulo - Brasil) sob o código de negociação "CEAB3" e sua controladora final é a COFRA Holding AG, sediada na Suíça. A Companhia e suas controladas tem como atividades preponderantes: • a comercialização no varejo, em lojas físicas e no mercado eletrônico, de vestuário, calçados, acessórios, aparelhos celulares, relógios, bijuterias, cosméticos, entre outros, • prestação de serviços de intermediação de concessão de crédito para financiamento de compras, emissão de cartão de crédito e empréstimos pessoais, além de intermediação no agenciamento e promoção para a distribuição de seguros, títulos de capitalização e produtos correlatos de sociedades seguradoras e quaisquer terceiros que detenham tais produtos, • realização das atividades próprias de instituição de pagamento, • a confecção de artigos do vestuário fabricados exclusivamente por terceiros, em suas próprias dependências, mediante a remessa de insumos com distribuição dos produtos exclusivamente para a Controladora. A Companhia realiza suas vendas por meio de 332 lojas (319 lojas e 4 minis stores em 31 de dezembro de 2021), abastecidas por 7 operações logísticas e 4 centros de distribuição nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. A Companhia também comercializa seus produtos por meio de serviço de e-commerce. Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tais como número de lojas e centros de distribuição, entre outros, não foram objeto de auditoria ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica COPC07. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi autorizada pelo Conselho de Administração em 01 de março de 2023. **2.1. Base de mensuração e pressuposto de continuidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R\$)

Atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos sobre a renda		(43.807)	966	(43.276)	991
Ajuste para reconciliar o resultado antes dos impostos com o fluxo de caixa: Constituição (Reversão) de provisão para perdas de crédito esperadas	8.4	4.582	5.133	68.527	5.626
Ajuste a valor presente do contas a receber e fornecedores		(480)	1.511	(480)	1.511
Despesas com remuneração baseado em ações	10	9.780	8.486	9.780	8.486
Constituição de provisão para perda nos estoques	11.3	63.139	52.792	63.139	52.792
Ganho/Reconhecimento de processos tributários, incluindo atualização monetária	12.2.1.4	(225.271)	(312.738)	(225.271)	(312.738)
Equivalência patrimonial	15.2	52.667	(530)	-	-
Depreciação e amortização	16.3 e 17.3	294.967	246.647	295.060	246.655
Constituição (Reversão) de provisão para redução ao valor recuperável do imobilizado, intangível e direito de uso		(6.141)	(3.900)	(6.141)	(3.900)
Perda na venda ou baixa do imobilizado e intangível		8.594	4.632	8.594	4.632
Box de arrendamento		(6.577)	(8.075)	(6.577)	(8.075)
Amortização do direito de uso	18.4	381.532	338.325	381.532	338.325
Juros sobre arrendamentos		165.719	144.151	165.719	144.151
Juros sobre empréstimos	20.4	272.449	81.458	272.449	82.181
Amortização custos de transação de empréstimos	20.4	2.777	2.369	4.247	2.369
Constituição (Reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		42.047	(5.662)	42.144	(5.662)
Atualização de depósitos judiciais		(10.972)	(2.635)	(10.972)	(2.635)
Rendimento de aplicação em títulos e valores mobiliários		(959)	(86)	(959)	(86)
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		68.349	(97.395)	(206.909)	(98.717)
Partes relacionadas		(14.572)	(5.171)	(14.959)	23.737
Estoques		(66.094)	(261.041)	(65.903)	(261.041)
Tributos a recuperar		77.830	63.747	77.400	63.822
Outros créditos		(5.804)	(10.304)	(5.852)	(10.316)
Depósitos judiciais		785	(8.854)	785	(8.854)
Fornecedores		134.722	134.082	145.501	135.119
Obrigações trabalhistas		44.957	20.577	44.957	20.57



C&A MODAS S.A.

CNPJ 45.242.914/0001-05

www.cea.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.3. Movimentação da provisão para perdas:

	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro	45.961	34.108
Provisão	63.139	52.792
Reversão por utilização	(71.842)	(40.939)
Saldo em 31 de dezembro	37.258	45.961

A Companhia realiza inventários periódicos dos produtos com alto risco de perda durante todo o ano e inventários completos de todos os itens uma vez ao ano. À medida que os inventários são realizados, os ajustes apurados são considerados como perdas efetivadas, consumindo as provisões para perdas de inventário que para esta finalidade foram registradas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia havia concluído o processo de inventário total em 311 estabelecimentos (304 estabelecimentos no exercício em 31 de dezembro de 2021). A provisão para perdas dos estoques é constituída proporcionalmente às vendas, que é sensível ao fluxo de pessoas nas lojas físicas.

12. TRIBUTOS A RECUPERAR

12.1. Política contábil: São considerados tributos a recuperar: os tributos gerados nas operações usuais da Companhia e que poderão ser compensados e/ou restituídos por ela, e, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, tributo derivado de ação judicial em que for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos e puder ser mensurado com razoável certeza.

12.2. Composição dos tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Crédito extemporâneo de PIS/COFINS (i)	1.363.664	1.521.074	1.363.664	1.521.074
PIS/COFINS	164.489	-	164.498	-
ICMS (ii)	182.883	115.661	182.887	115.661
IRPJ/CSLL	39.060	29.476	39.456	29.820
IRRF	28.365	9.664	28.735	9.672
IPI	328	328	328	328
Outros	57.233	12.378	57.236	12.378
	1.836.022	1.688.581	1,836.804	1,688.933
Ativo circulante	898.651	848.803	899.433	849.155
Ativo não circulante	937.371	839.778	937.371	839.778

12.2.1 Crédito extemporâneo de PIS/COFINS: 12.2.1.1 ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS: A Companhia ingressou com duas ações judiciais que objetivavam o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos no passado, sendo uma proposta em 17/01/2007, que engloba o período de 2002 a 2014, e outra proposta em 09/03/2017, que engloba os períodos de 2015 a 2017. Em 28 de fevereiro de 2019, transitou em julgado decisão favorável no mandado de segurança relativo ao período de janeiro de 2002 a dezembro de 2014, em linha com o decidido no *leading case* RE 574706, em que restou reconhecido que o ICMS destacado em documento fiscal não compõe a base de cálculo da contribuição ao PIS e à COFINS. Em 23 de fevereiro de 2022 houve o trânsito em julgado da segunda ação, que contempla o período de 2015 a 2017. Em 31 de dezembro de 2022, a somatória dos créditos extemporâneos é de R\$ 1.073.148. A Administração tem expectativa de que a realização ocorra dentro dos prazos prescricionais, considerando os débitos fiscais gerados nas operações normais da Companhia, conforme demonstrado no item (iv). **12.2.1.2 Crédito Ação Judicial Zona Franca de Manaus (ZFM):** Em 30 de novembro de 2020, ocorreu o trânsito em julgado favorável, em que foi reconhecido o direito da Companhia em equiparar as vendas realizadas na ZFM a exportação e, portanto, em reconhecer a não incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas geradas na ZFM, bem como o direito de fruição do benefício do REINTEGRA. Em decorrência da decisão favorável, houve o reconhecimento/constituição do ativo relativo aos créditos pertinentes em relação às competências que antecederam 5 anos da data de ingresso da ação (31 de março de 2016), cujos montantes, atualizados em 31 de dezembro de 2022, somam R\$148.583. A Administração tem expectativa de que a realização ocorra dentro dos respectivos prazos prescricionais, considerando os débitos fiscais gerados nas operações normais da Companhia. **12.2.1.3 Crédito Ação Judicial Lei do Bem:** Em 16 de agosto de 2017, a Companhia impetrou Mandado de Segurança para discutir o direito de fruição da alíquota zero do PIS e da COFINS, prevista pela Lei nº 11.196/2005 (conhecida como "Lei do Bem"), para a venda a varejo de smartphones produzidos no país. Em 27 de outubro de 2022, houve o trânsito em julgado do processo no âmbito do Supremo Tribunal Judicial (STJ), com decisão favorável à Companhia, reconhecendo o seu direito de usufruir do benefício de redução a zero das alíquotas até 31/12/2018, declarando, ainda, o seu direito à compensação ou restituição dos valores indevidamente recolhidos, tendo a Companhia reconhecido em dezembro de 2022 o montante de R\$141.933. **12.2.1.4 Expectativa de realização dos créditos extemporâneos de PIS e COFINS em 31 de dezembro de 2022:**

Ano	R\$
2023	724.854
2024	158.469
2025	125.493
2026	228.793
2027	126.070
Total	1.363.664

A Administração avalia a cada trimestre a forma como serão compensados os créditos fiscais, podendo compensar os créditos de PIS e COFINS com os débitos fiscais gerados nas operações da Companhia, sem a utilização do crédito corrente, ou utilizar os créditos correntes na apuração. Quando opta por não utilizar os créditos correntes os mesmos são classificados para o longo prazo, até que todo o saldo dos créditos extemporâneos sejam compensados. **12.2.1.5 Movimentações dos Créditos extemporâneos de PIS e COFINS, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:**

	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro	1.521.074	1.361.210
Reconhecimento do principal	99.487	181.435
Reconhecimento dos juros + atualizações	125.784	98.691
Compensações	(382.681)	(120.262)
Saldo em 31 de dezembro	1.363.664	1.521.074

12.2.2 Créditos relativos ao ICMS: 12.2.2.1 Crédito Ação Judicial Alíquota do ICMS sobre o fornecimento de energia elétrica: Em 17 de dezembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral (Recurso Extraordinário 714.139/SC), fixou o entendimento pela aplicação da alíquota geral, em detrimento da alíquota majorada de 25%, relativa ao ICMS incidente sobre a energia elétrica e serviços de telecomunicação. A Companhia, durante os períodos de 2015 e 2016, ajuizou Ações Ordinárias pleiteando o direito de aplicação da alíquota geral para o ICMS incidente sobre energia elétrica. Diante deste cenário, embora ainda sem o trânsito em julgado das ações, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia procedeu ao registro parcial de sua melhor estimativa, no montante R\$ 32.612. Em 2022, houve o complemento das melhores estimativas, sendo que o saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$75.382. **12.2.2.2 Crédito Ação Judicial DIFAL - venda consolidado final não contribuinte do ICMS:** Em 30 de março de 2022, houve o trânsito em julgado do *leading case* (RE 1287019), referente ao Tema 1093, julgado pelo STF em sede de repercussão geral, que declarou inconstitucional a cobrança da Diferença de Alíquotas do ICMS - DIFAL nas operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto, até que fosse editada lei complementar a este respeito. Considerando que a Companhia ingressou com ações discutindo esse tema, e o êxito é praticamente certo, houve o reconhecimento dos valores correspondentes, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$14.317. **12.2.2.3 Créditos previdenciários:** A Companhia, durante os períodos de 2010 e 2011, ajuizou Ações Ordinárias visando discutir a incidência da contribuição previdenciária sobre parcelas remuneratórias e indenizatórias de seus colaboradores, tais como: salário maternidade, aviso prévio indenizado e auxílio nos primeiros 15 dias de afastamento por motivo de doença. Em vista do posicionamento favorável da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, a Companhia obteve decisões favoráveis em seus processos. Diante deste cenário, embora ainda sem o trânsito em julgado das ações, a Companhia procedeu ao registro parcial de sua melhor estimativa, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$51.750.

13. OUTROS ATIVOS

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Despesas antecipadas	36.367	31.184
I.P.T.U.	670	103
Empréstimo e adiantamentos a funcionários	1.928	2.022
Ativo atuarial	632	632
Outros	2.131	63
	41.728	35.924
Ativo circulante	39.200	33.337
Ativo não circulante	2.528	2.587

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.1. Política contábil: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação. O imposto de renda e a contribuição social relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização. Tributo diferido é gerado quando existem diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Créditos tributários diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas existentes e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Ao final de cada exercício é avaliada a recuperabilidade dos tributos diferidos e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir sua utilização. **14.2. Indébito tributário:** Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral, fixou o entendimento pela não incidência do IRPJ e CSLL sobre os montantes relativos à correção do indébito tributário pela Taxa SELI. Em razão do Mandado de Segurança Impetrado em 09 de janeiro de 2021 onde a Companhia pleiteou a não incidência de IRPJ e CSLL dos indébitos decorrentes de correção monetária, inclusive a taxa SELI e, baseado na interpretação do ICPC 22 (Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro) e CPC 32 (Tributos sobre o Lucro), em dezembro de 2021, a Companhia procedeu ao registro de sua melhor estimativa, no montante de R\$ 311.301 como imposto sobre a renda e contribuição social diferido ativo e R\$ 26.137 como tributos a recuperar. Em 29 de novembro de 2022 houve o trânsito em julgado favorável à Companhia e, em 31 de dezembro de 2022, o valor final apurado foi um aumento de Prejuízo Fiscal e da Base Negativa da CSLL no montante de R\$ 201.670 e de tributos a recuperar de R\$ 28.404.

14.3. Composição e movimentação dos tributos diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2021	Aumento/(Redução) no resultado	Saldo em 31/12/2022	Aumento/(Redução) no patrimônio líquido
Prejuízos fiscais e bases negativas	364.017	48.616	-	412.633
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	86.626	8.180	-	94.806
Provisão para perda de estoques e contas a receber	21.534	(1.374)	-	20.160
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	8.498	(2.087)	-	6.411
Provisão para participação no lucro	19.176	3.225	-	22.401
Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16	62.451	18.162	-	80.613
Outras	70.062	3.021	3	73.086
Ativo fiscal diferido	632.364	77.743	3	710.110
Ganhos em processos tributários	(252.091)	(24.559)	-	(276.650)
Ajustes a valor presente	(1.908)	(8.503)	-	(10.411)
Passivo fiscal diferido	(253.999)	(33.062)	-	(287.061)
Saldo líquido de ativo fiscal diferido	378.365	44.681	3	423.049

	Consolidado		Controladora	
	Saldo em 31/12/2021	Aumento/(Redução) no resultado	Saldo em 31/12/2021	Aumento/(Redução) no patrimônio líquido
Prejuízos fiscais e bases negativas	364.017	48.616	-	412.633
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	86.626	8.180	-	94.806
Provisão para perda de estoques e contas a receber	21.972	(1.812)	-	20.160
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	8.498	(2.087)	-	6.411
Provisão para participação no lucro	19.176	3.225	-	22.401
Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16	62.451	18.162	-	80.613
Outras	70.062	3.021	3	73.086
Ativo fiscal diferido	632.802	77.305	3	710.110
Ganhos em processos tributários	(252.091)	(24.559)	-	(276.650)
Ajustes a valor presente	(1.908)	(8.503)	-	(10.411)
Passivo fiscal diferido	(253.999)	(33.062)	-	(287.061)
Saldo líquido de ativo fiscal diferido	378.803	44.243	3	423.049

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2020	Aumento/(Redução) no resultado	Saldo em 31/12/2021	Aumento/(Redução) no patrimônio líquido
Prejuízos fiscais e bases negativas	265.898	98.119	-	364.017
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	96.667	(10.041)	-	86.626
Provisão para perda de estoques e contas a receber	16.175	5.359	-	21.534
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	9.824	(1.326)	-	8.498
Provisão para participação no lucro	15.976	3.200	-	19.176
Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16	46.626	15.825	-	62.451
Outras	79.369	(7.207)	(2.100)	70.062
Ativo fiscal diferido	530.535	103.929	(2.100)	632.364
Ganhos em processos tributários	(456.033)	203.942	-	(252.091)
Ajustes a valor presente	(3.010)	1.102	-	(1.908)
Passivo fiscal diferido	(459.043)	205.044	-	(253.999)
Saldo líquido de imposto diferido Ativo	71.492	308.973	(2.100)	378.365

	Consolidado		Controladora	
	Saldo em 31/12/2020	Aumento/(Redução) no resultado	Saldo em 31/12/2021	Aumento/(Redução) no patrimônio líquido
Prejuízos fiscais e bases negativas	265.898	98.119	-	364.017
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	96.667	(10.041)	-	86.626
Provisão para perda de estoques e contas a receber	16.175	5.797	-	21.972
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	9.824	(1.326)	-	8.498
Provisão para participação no lucro	15.976	3.200	-	19.176
Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16	46.626	15.825	-	62.451
Outras	79.369	(7.207)	(2.100)	70.062
Ativo fiscal diferido	530.535	104.367	(2.100)	632.802
Ganhos em processos tributários	(456.033)	203.942	-	(252.091)
Ajustes a valor presente	(3.010)	1.102	-	(1.908)
Passivo fiscal diferido	(459.043)	205.044	-	(253.999)
Saldo líquido de imposto diferido Ativo	71.492	309.411	(2.100)	378.803

14.4. Previsão de realização dos tributos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2022

Ano	R\$
2023	152.334
2024	62.487
2025	75.589
2026	116.054
2027	100.957
De 2028 a 2030	174.571
De 2031 a 2032	27.738
	710.110

14.5. Conciliação da taxa efetiva:

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(43.807)	966
Despesa de imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais - 34%	14.894	(328)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Equivalência patrimonial (*)	(17.842)	180
Deduzões não dedutíveis	(2.610)	(1.872)
Ajustes de transfer pricing	(1.456)	(2.418)
Incentivo Inovação Tecnológica (P&D)	(70)	(70)
Brindes e multas não dedutíveis	(718)	(1.111)
Subvenção para Investimento	4.629	3.291
IR e CS de exercícios anteriores	2.272	(261)
Outras adições e exclusões	-	144
Indébito Tributário	45.469	330.631
Prejuízo Operacional	-	(1.026)
Imposto diferido não constituído sobre diferenças temporárias (*)	-	(16.635)
Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	-	24
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro Corrente	44.638	328.042
Diferido	(43)	19.069
	44.595	308.973
	328.042	44.105
	102%	-33.953%

Alíquota efetiva: 102% (2021: 33,95%)

(*) Não estão sendo constituídos tributos diferidos na Controladora Orion, porque suas atividades serão transferidas para a C&A Pay Sociedade de Crédito Direto durante o ano de 2023, portanto, não há expectativa de utilização dos prejuízos fiscais no curto prazo.

16.3. Movimentação do imobilizado (Controladora e Consolidado):

	Taxa média de depreciação a.a.	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Adições (iii)	Depreciação	Baixas	Transferências	Reversão (provisão) impairment	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Máquinas e equipamentos	6,5%	98.864	255	(9.685)	(2.838)	3.236	3.470	93.302
Móveis e utensílios	10,8%	229.769	21.500	(33.007)	(1.087)	11.145	187	228.507
Equip. informática	20,3%	89.808	23.227	(30.816)	(460)	5.271	258	87.288
Veículos	20,0%	14	-	(13)	-	-	-	1
Beneficentários (i)	9,4%	397.914	5	(63.433)	(2.775)	107.282	824	439.817
Terrenos	-	126	-	-	-	-	-	126
Imobilizado em andamento	-	18.291	123.430	-	-	(126.934)	-	14.787
Provisão devolução de lojas (ii)	-	1.483	450	(216)	-	-	-	1.717
Total		836.269	168.867	(137.170)	(7.160)	-	4.739	865.545

	Taxa média de depreciação a.a.	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Adições (iii)	Depreciação	Baixas	Transferências	Reversão (provisão) impairment	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Máquinas e equipamentos	7,7%	63.797	9.					



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Custo	Amortização acumulada	Provisão de impairment	Saldo Contábil	Custo	Amortização acumulada	Provisão de impairment	Saldo Contábil	2022		2021	
									2022	2021	2022	2021
Software	1.136.765	(578.131)	(119)	788.043	788.043	(423.049)	(163)	364.831	2022	2021	2022	2021
Fundo de comércio	72.211	(50.977)	(750)	20.484	70.387	(49.993)	(761)	19.633	2022	2021	2022	2021
Direito de exploração de serviços financeiros	415.000	-	-	415.000	415.000	-	-	415.000	2022	2021	2022	2021
Intangível em andamento	27.066	-	-	27.066	176.231	-	-	176.231	2022	2021	2022	2021
Total	1.651.042	(629.108)	(869)	1.021.065	1.449.661	(473.042)	(924)	975.695	2022	2021	2022	2021

Software	Taxa média amortização (a.a.%)	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Adições (I)	Amortização	Baixas	Transferências	Transferências de Imobilização	Reversão (provisão) impairment	Saldo em 31 de dezembro de 2022	2022		2021	
										2022	2021	2022	2021
Software	18,5%	364.831	-	(155.061)	(126)	348.920	-	44	558.152	2022	2021	2022	2021
Fundo de comércio	10,0%	19.633	-	(2.736)	(1.688)	5.264	-	11	20.484	2022	2021	2022	2021
Direito de exploração de serviços financeiros	-	415.000	-	-	-	-	-	-	415.000	2022	2021	2022	2021
Intangível em andamento	-	176.231	205.019	-	-	(354.184)	-	-	27.066	2022	2021	2022	2021
Total	-	975.239	205.019	(157.797)	(1.814)	-	-	55	1.020.702	2022	2021	2022	2021

Software	Taxa média amortização (a.a.%)	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Transferências de Imobilização	Reversão (provisão) impairment	Saldo em 31 de dezembro de 2021	2022		2021	
										2022	2021	2022	2021
Software	16,6%	233.622	43	(86.546)	(22)	209.949	7.489	(160)	364.375	2022	2021	2022	2021
Fundo de comércio	10,0%	10.469	-	(2.756)	-	11.587	-	333	19.633	2022	2021	2022	2021
Direito de exploração de serviços financeiros	-	415.000	-	-	-	-	-	-	415.000	2022	2021	2022	2021
Intangível em andamento	-	50.869	346.898	-	-	(221.536)	-	-	176.231	2022	2021	2022	2021
Total	-	294.960	762.405	(89.302)	(22)	-	7.489	173	975.239	2022	2021	2022	2021

Software	Taxa média amortização (a.a.%)	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Transferências de Imobilização	Reversão (provisão) impairment	Saldo em 31 de dezembro de 2021	2022		2021	
										2022	2021	2022	2021
Software	16,6%	233.622	507	(86.554)	(22)	209.949	7.470	(141)	364.831	2022	2021	2022	2021
Fundo de comércio	10,0%	10.469	-	(2.756)	-	11.587	(1.077)	1.410	19.633	2022	2021	2022	2021
Direito de exploração de serviços financeiros	-	415.000	-	-	-	-	-	-	415.000	2022	2021	2022	2021
Intangível em andamento	-	50.869	346.898	-	-	(221.536)	-	-	176.231	2022	2021	2022	2021
Total	-	294.960	762.405	(89.310)	(22)	-	6.393	1.269	975.695	2022	2021	2022	2021

(i) Durante o exercício de 2022, a Companhia adicionou R\$205.019 à conta de intangíveis dos quais R\$23.102 encontram-se como contas a pagar registradas em fornecedores e R\$96.848 foram desembolsados em 2022 referente aquisições ocorridas anteriormente à 31 de dezembro de 2021.

18. ARRANDEMENTOS
18.1. Política contábil: A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas reavaliações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. A Companhia utiliza, como componente do custo, os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas, bruto de PIS e COFINS. Aos montantes de ativo por direito de uso também são adicionados pagamentos antecipados de arrendamentos e provisões para restauração de lojas e são deduzidos incentivos recebidos de arrendadores. Os valores de pagamentos especificamente variáveis são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início do contrato, descontados usando a taxa de juros incremental, que é definida como a taxa de juros nominal (com inflação) equivalente ao que a Companhia teria ao contratar um empréstimo por prazo semelhante e com garantia semelhante. A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na Lei nº 8.245 (Lei do Inquilinato), que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referente ao sucesso da Companhia na renovação de seus contratos. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. Baseado no histórico das últimas renovações, nos quais, os preços e valores negociados diferem substancialmente dos contratos vencidos, a Companhia considera as renovações como um novo contrato, portanto não considera renovação no prazo. *Efeitos da adoção das Orientações Contábeis no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2020:* Com a emissão do referido Ofício e elucidação de alguns pontos controversos relacionados à adoção da nova norma, a Companhia revisou suas premissas de cálculo do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento e passou a considerar os fluxos de pagamentos brutos dos potenciais créditos de PIS e COFINS potencial e passou a descontá-los a uma taxa de juros incremental nominal. Essa metodologia está de acordo com o CPC06 (R2)/IFRS16. Os efeitos dessa alteração foram considerados prospectivamente como remuneração na movimentação dos saldos de arrendamentos. **18.2. Benefícios relacionados a COVID-19 concedidos para Arrendatários em contratos de arrendamento:** Baseado na Revisão de Pronunciamentos Técnicos - Nº 16/2020 que apresenta esclarecimentos no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2)/IFRS16, referentes a benefícios relacionados a COVID-19 concedidos para Arrendatários em contratos de arrendamento, a Companhia avaliou os acordos obtidos com seus parceiros arrendadores e concluiu que as negociações nos aluguéis decorrentes da COVID-19 não compreendem uma alteração contratual, logo, sem impacto de remensuração dos arrendamentos. O período abrangido por esse pronunciamento se encerrou em 30 de junho de 2022. O montante de desconto líquidos de impostos obtido nas negociações durante o período de janeiro a junho de 2022 foi de R\$17.672 (R\$40.297 no exercício de 2021 - líquido de PIS/COFINS), registrados no resultado do exercício sob a rubrica despesa de ocupação. **18.3. Taxa de juros incremental:** A Companhia chegou às suas taxas de juros incrementais com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia (*spread* de crédito). Os *spreads* foram obtidos a partir dos *spreads* observados em dívidas emitidas por companhias do mesmo risco e setor (debêntures). As taxas são atualizadas para cada novo contrato de aluguel.

Prazos dos contratos	2022		2021	
	Taxa Real (% a.a.)	Taxa Nominal (% a.a.)	Taxa Real (% a.a.)	Taxa Nominal (% a.a.)
de 0 a 3 anos	8,0 - 10,6	14,9 - 16,4	1,6 - 8,8	4,0 - 14,9
de 3 a 5 anos	7,3	13,4	2,2 - 7,7	5,4 - 14,3
de 5 a 6 anos	4,0 - 8,1	9,1 - 14,7	2,2 - 7,2	5,6 - 13,7
de 6 anos a 10 anos (ou mais)	3,2 - 7,7	6,8 - 14,3	3,2 - 7,2	6,8 - 14,1

18.4. Movimentação de saldos do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento (Controladora e Consolidado):

Saldo em 31 de dezembro de 2021	Ativo por direito de uso		Passivo de arrendamento	
	Imóveis	Equipamentos	Total	Total
1.635.512	4.778	1.640.290	(1.814.148)	
Amortização (I)	(378.210)	(3.322)	(381.532)	(1.814.148)
Encargos financeiros	-	-	-	(165.719)
Encargos realizados	-	-	-	488.840
Provisão para custos de desmontagem	990	-	990	-
Encargos antecipados	(410)	-	(410)	-
Reversão/(Provisão) redução ao valor recuperável	1.347	-	1.347	-
Contratos novos/renovados/encerrados (ii)	72.622	22.777	94.899	(88.322)
Remensuração (iii)	209.455	408	209.863	(209.863)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.541.306	24.141	1.565.447	(1.789.212)

(i) Montante apresentado nesta tabela não se apresenta deduzido dos créditos de PIS/COFINS sobre o pagamento de arrendamentos no valor de R\$43.886 e sobre os juros no valor de R\$9.182, que foram registrados diretamente em resultado como reduções da despesa de amortização e de juros.
(ii) Refere-se a entrada de 18 contratos novos e 2 contratos encerrados. (iii) Refere-se à revisão anual de reajuste inflacionário sobre os pagamentos mínimos de arrendamento previstos em contratos e renovações de aluguel.

Saldo em 31 de dezembro de 2020	Ativo por direito de uso		Passivo de arrendamento	
	Imóveis	Equipamentos	Total	Total
1.507.566	6.872	1.514.438	(1.654.796)	
Amortização (336.479)	(1.846)	(338.325)	(1.654.796)	
Encargos financeiros	-	-	-	(144.151)
Encargos realizados	-	-	-	438.262
Provisão para custos de desmontagem	1.440	-	1.440	-
Redução ao valor recuperável	1.200	-	1.200	-
Contratos novos/renovados/encerrados (ii)	277.462	-	277.462	(267.323)
Remensuração	184.323	(248)	184.075	(186.140)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.635.512	4.778	1.640.290	(1.814.148)

a) Comparação de projeções de arrendamentos entre os cenários: Atendendo à orientação da CVM e com o objetivo de proporcionar ao mercado uma visão completa dos diversos efeitos que surgem com a aplicação de modelos com e sem inflação no fluxo de pagamentos mínimos dos arrendamentos, usando uma mesma taxa de juros incremental para desonto (4,0% a 16,4%), são apresentados a seguir os saldos comparativos do passivo do arrendamento do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de amortização da atual exercício social de acordo com os seguintes cenários:

Cenário	Taxa incremental	Fluxo de pagamentos futuros	
		2022	2021
1	Nominal	Com projeção da inflação	
2	Nominal	Sem projeção da inflação (contabilizado)	

O cenário 2 foi o adotado pela Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme determina o CPC06(R2)/IFRS16, apresentamos abaixo os saldos comparativos do passivo de arrendamento:

Passivo de arrendamento	2022		2021	
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Cenário 1	2.033.448	2.143.756	1.654.796	1.654.796
Cenário 2 (contabilizado)	1.789.212	1.814.148	1.654.796	1.654.796

Encargos Financeiros	2022		2021	
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Cenário 1	87.981	164.441	165.719	107.753
Cenário 2 (contabilizado)	87.981	164.441	165.719	107.753

Despesa de Depreciação	2022		2021	
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Cenário 1	435.603	376.522	435.603	376.522
Cenário 2 (contabilizado)	435.603	376.522	435.603	376.522

Total de Despesa	2022		2021	
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Cenário 1	523.584	540.963	547.251	360.188
Cenário 2 (contabilizado)	523.584	540.963	547.251	360.188

b) Pagamentos futuros mínimos e direito potencial do PIS e da COFINS (Controladora e Consolidado): Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis, juntamente com o valor justo dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

Com vencimento	2022		2021	
	Pagamentos	Direito Potencial de PIS/COFINS	Pagamentos	Direito Potencial de PIS/COFINS
Menos de um ano	153.238	(44.118)	450.798	(41.351)
De um a cinco anos	1.391.275	(125.788)	1.448.274	(131.105)
Mais de cinco anos	475.322	(41.983)	493.982	(44.325)
Total dos pagamentos mínimos	2.379.833	(211.886)	2.393.054	(216.807)
Desconto ao valor presente dos pagamentos mínimos	(590.621)	52.979	(568.906)	52.047
Valor presente dos pagamentos mínimos	1.789.212	(158.907)	1.814.148	(164.760)
Passivo Circulante	513.238	-	471.723	-
Passivo Não circulante	1.275.974	-	1.342.425	-

O direito potencial de PIS/COFINS refere-se ao montante que a Companhia terá direito a se recuperar caso os pagamentos futuros previstos de arrendamentos se concretizem. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a despesa relativa aos 19 contratos de arrendamento variável foi de R\$5.336 (17 contratos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$4.167). A Administração entende não ser apropriado projetar os pagamentos mínimos dado a própria natureza destes gases. As despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor totalizaram R\$20.631 (R\$19.619 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), e se referem a aluguéis de impressoras e empilhadeiras. Devido à baixa relevância, não estão sendo apresentados o compromisso futuro dos pagamentos mínimos dos arrendamentos de ativos de baixo valor e contratos de curto prazo e a análise

da sensibilidade das despesas variáveis dos arrendamentos e os fatores que afetam a variação. A Companhia não fornece imóveis em garantia para nenhuma de suas operações. c) **Redução ao valor recuperável:** Os ativos de direito de uso também são sujeitos ao teste de valor recuperável. A metodologia é a mesma que do imobilizado (Nota 16.5).

19. FORNECEDORES
19.1. Política contábil: Fornecedores representam as obrigações da Companhia decorrentes da compra de produtos, serviços, gastos com ocupação, imobilizado e intangível. Contem também as operações nas quais os fornecedores transferem para instituições financeiras parte de seu recebível como parte de programas de convênios sem direito de regresso, desde que não haja alteração no prazo e valores originais de pagamento. As operações de compras a prazo são ajustadas ao valor presente na data das transações e sua reversão tem como contrapartida o resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. **19.2. Composição dos saldos:**

Fornecedores de mercadorias	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedor Bradesco	706.318	683.063	706.318	683.063
Fornecedores de materiais, ativos e serviços	469.328	415.000	469.328	415.000
Fornecedores convênio - risco sacado	386.266	376.302	386.266	376.302
Ajuste a valor presente	(20.597)	(14.606)	(20.597)	(14.606)
Total	1.865.384	1.834.736	1.877.223	1.835.796

Fornecedor Bradesco: Em novembro de 2021 a C&A formalizou a aquisição do balcão Bradesco no valor de R\$145 milhões, a qual deverá ser liquidada em janeiro de 2023. Esse valor estava registrado sob a rubrica de fornecedores de longo prazo em dezembro de 2021 e, devido ao seu vencimento, foi classificada no passivo circulante no primeiro trimestre de 2022. Esse valor é atualizado mensalmente e o resultado da correção monetária é registrado contra as despesas financeiras no subgrupo "juros com fornecedores" (nota 28). Em 31 de dezembro de 2022 o valor corrigido é de R\$469 milhões. Em janeiro de 2023 a Companhia renegotiou o contrato com o Banco Bradesco, mas seus efeitos serão refletidos a partir do próximo exercício fiscal. Maiores detalhes podem ser vistos na Nota 34. **Fornecedores convênio - operação de risco sacado:** A Companhia possibilita que seus fornecedores, mediante assinatura de termos de adesão, antecipem seus recebíveis com um desconto sobre o valor de face. Essa operação pode ser feita diretamente com a Companhia e, também, através de convênios com instituições financeiras. Nesses convênios, conforme acordado, as instituições financeiras antecipam um determinado montante para o fornecedor e recebem, na data de vencimento, o montante devido pela Companhia. A decisão de aderir a essa operação é única e exclusivamente do fornecedor. O convênio não altera as características das condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre a Companhia e seu fornecedor, e, por este motivo, os saldos a pagar foram mantidos na rubrica "fornecedores". A Companhia recebeu com essa operação uma comissão no montante de R\$9.254 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$12.372 durante o exercício de 2021). Durante o ano de 2022 a taxa de desconto ficou entre 0,57% a.m. a 2,04% a.m. (ante 0,75% a.m. a 1,29% a.m. referente ao ano 2021). Ajuste a valor presente: A Companhia efetua o desconto a valor presente do saldo de fornecedores considerando taxas de juros que se aproximam das praticadas no mercado. As taxas de juros mensais utilizadas para o cálculo a valor presente dos fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram de 1,12% e 0,77%, respectivamente. A contrapartida do ajuste a valor presente é efetuada contra os estoques e a recomposição dos juros é registrada *pro rata* de e lançada na conta de despesa financeira.

20. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES
20.1. Política contábil: Os empréstimos e debêntures são reconhecidos inicialmente a valor justo e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previsto em contrato. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.



C&A MODAS S.A.

CNPJ 45.242.914/0001-05

www.cea.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de contribuições previdenciárias supostamente incidentes sobre valores pagos a título de Assistência Médica e Hospitalar a seus funcionários e empregados segurados relativamente ao período de 12/12/1997 e 28/02/2005. Em fevereiro de 2020, com base em decisão favorável à Companhia, houve reversão de parte do valor. (c) Autos de infração nos quais foram glossados créditos de PIS e COFINS sobre despesas consideradas como insumo pela Companhia nos exercícios de 2012 e 2014. (d) Autos de infração nos quais se exigem imposto sobre Importação, PIS/PASEP e Importação de COFINES em função de infração ante a não inclusão do Royalties pagos por uso de marcas licenciadas, na base de cálculo de mercadorias importadas. (e) Processos administrativos em que discute a não homologação de pedidos de compensação. Com relação às causas civis e trabalhistas, a Companhia informa que as provisões são revisadas periodicamente e constituídas para os processos com expectativa de perda provável levando em consideração a evolução dos processos e o histórico de valores efetivamente liquidados. Em decorrência de fatores externos, não sob controle da Companhia, não é praticável a determinação da época de desembolso, se houver, das discussões judiciais e administrativas que a Companhia venha a perder.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 Política contábil: O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. **24.2 Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022, o capital social no valor de R\$1.847.177 é representado por 308.245.068 ações ordinárias totalmente integralizadas, das quais a quantidade de ações em circulação é de 104.150.035 ações ordinárias (106.164.435 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2021). A composição acionária em 31 de dezembro de 2022 é apresentada da seguinte forma:

	2022		2021	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
COFRA Investment SARL	100.363.049	32,56%	100.363.049	32,56%
Incas SARL	100.939.166	32,75%	100.939.166	32,75%
COFRA Latin America	17.121	0,02%	17.121	0,01%
Administração	805.797	0,26%	546.797	0,17%
Tesouraria	1.969.900	0,64%	214.500	0,07%
Ações em circulação	104.150.035	33,79%	106.164.435	34,44%
Total	308.245.068	100%	308.245.068	100%

Conforme o estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até 135.000.000 de novas ações ordinárias e, portanto, até o limite de 443.245.068 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal. **24.3 Ações em tesouraria:** Em 31 de dezembro de 2022, o saldo das ações em tesouraria é de R\$5.778 correspondente a 1.969.900 ações (R\$1.362 em 31 de dezembro de 2021 correspondente a 214.500 ações). **24.4 Reserva de capital - ações outorgadas:** Refere-se à reserva constituída para as ações outorgadas de acordo com o plano de remuneração baseado em ações. Para maiores detalhes, verificar na Nota 10. **24.5 Reserva legal:** O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. **24.6 Reserva de lucros a realizar:** Em 31 de dezembro de 2022 a reserva de lucros a realizar destinado pela Companhia é de R\$75.720. **24.7 Reserva para investimento:** Essa reserva tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades, observado que seu saldo, somado aos saldos de outras reservas de lucros, excedidas reservas para contingência, reservas de incentivos fiscais e reservas de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do artigo 199 da Lei 11.638/07, sobre o exercício, devendo aplicá-lo na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Em 28 de abril de 2022, a Assembleia Geral deliberou pela destinação de R\$227.160 do lucro relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para a conta de reserva de investimentos a qual já foi utilizado. **24.8 Reserva para incentivos fiscais:** A Companhia goza de incentivos fiscais do CMS na forma de crédito presumido em razão de sua operação no Estado de Santa Catarina. Assim reconhece seus impactos como crédito na demonstração de resultado nos períodos ao longo dos quais reconhece os custos relacionados. A destinação desse incentivo para a reserva de incentivos fiscais está limitada à aplicação de lucro no exercício já deduzidas das reservas obrigatórias. Essa destinação de resultado para incentivos fiscais, é feita anualmente, em dezembro. Em 31 de dezembro de 2022, o total da reserva para incentivos fiscais é no montante R\$12.462 (R\$11.552 em 2021). A Companhia aplicou em 2022 o montante de R\$789. **24.9 Ajustes de avaliação patrimonial:** Refere-se à parcela considerada efetiva dos instrumentos financeiros designados para hedge de fluxo de caixa, conforme nota 30.

25. DIVIDENDOS E JSCP A PAGAR

25.1 Política contábil: Conforme previsto em Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, deduzido de reserva legal e acrescido de reversão de reservas anteriormente formadas, e é reconhecida como passivo na data do balanço. Eventuais valores que excederem esse mínimo obrigatório são apresentados como dividendos adicionais propostos na demonstração das mudanças do patrimônio líquido e registrados como dividendos a pagar somente na data em que tais dividendos adicionais foram aprovados pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral. **25.2 Distribuição de JSCP e dividendos:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o lucro apurado pela Companhia foi destinado a reserva legal e reserva de incentivos fiscais conforme mencionado na Nota 24.

26. RECEITA LÍQUIDA

26.1. Política contábil: A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos. Para ser reconhecida, a transação deve atender aos critérios para o reconhecimento descritos no CPC47/IFRS15. Os critérios específicos a seguir também devem ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: a) Venda de produtos: A receita de venda de produtos à vista e a prazo é reconhecida quando a Companhia cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente comprador. b) Prestação de serviços: A receita da prestação de serviços é reconhecida quando os serviços são efetivamente prestados, que caracteriza o cumprimento da obrigação de desempenho pela Companhia. As receitas de prestação de serviços são compostas por comissões recebidas pela comercialização de produtos de seguros aos clientes C&A Pay, por comissões pela venda de recargas e outras comissões. c) Recebíveis: A Controladora Orion reconhece a receita por ocasião da liquidação dos títulos vencidos há longa data pertencentes à sua carteira de recebíveis, cujo direito creditório foi adquirido do Banco Bradesco. Essa política foi adotada devido à incerteza do recebimento desses títulos por parte do devedor junto ao Banco Bradesco, que repassa o recurso recebido para a Orion subsequentemente. d) Direito de devolução: As operações de venda seguidas de devolução ocorrem substancialmente nas operações de e-commerce e, atualmente, não são significativas para o enjare registro de estimativas na data do balanço. Outras devoluções que ocorrem fisicamente nas lojas são imediatamente convertidas em troca por outros produtos e/ou similares de mesmo valor. e) Recalculação de juros: A receita de juros é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva na rubrica de "Receita financeira" na demonstração do resultado. f) Receita com comissão por intermediação de serviços financeiros: Representa a receita com comissão de intermediação financeira pelo serviço prestado de recebimento de boletos e com comissão pelo agenciamento de serviços financeiros e cartões de crédito. O cálculo contempla a comissão sobre as receitas de juros e tarifas cobradas dos clientes do Bradesco que utilizam a intermediação da Companhia, além dos custos e despesas operacionais a elas relacionados. As operações com característica de financiamento do C&A Pay estão sustentadas pela cláusula mandato junto à instituição financeira parceira, a qual o cliente autoriza a contratação de recursos para financiá-lo. A estrutura de financiamento é composta por linhas de créditos com taxas de juros aderentes a cada modalidade de crédito do C&A Pay, de forma que os juros cobrados dos clientes são repassados ao banco durante o prazo de vigência do financiamento. Em caso de inadimplência, os juros são reconhecidos e repassados ao banco até os 60 dias de atraso, quando ocorre o stop accrual de juros e a liquidação do saldo financiado com banco. Eventuais despesas incorridas e devidas ao parceiro são abatidas dos valores recebidos a título de Rebate. A Orion atua nessa operação com o serviço de intermediação de clientes com o banco parceiro. O cálculo contempla a comissão sobre as receitas de juros e tarifas cobradas dos clientes do Bradesco que utilizaram a intermediação da Companhia, além dos custos e despesas operacionais a elas relacionados. g) Direitos não exercidos de clientes: A Companhia reconhece uma receita quando há expectativa, baseada em comportamentos passados, de os clientes não exercerem seus direitos contratuais referentes a pré-pagamentos não restituíveis. Isso ocorre no caso de vale-troca e cartão presente emitidos e não utilizados até o prazo de validade.

26.2. Composição da receita líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Venda de mercadorias	8.175.912	6.978.476	8.175.912	6.978.476
CANCELAMENTOS, TROCAS E VOUCHERS	(491.795)	(499.428)	(491.795)	(499.428)
Impostos sobre vendas de mercadorias	(1.779.342)	(1.518.415)	(1.779.915)	(1.518.415)
Receita líquida com venda de mercadorias	5.904.775	4.960.633	5.904.202	4.960.633
Receita de comissão em vendas de serviços financeiros - parceria Bradesco	112.710	159.568	112.710	159.568
Receita de comissão em vendas de seguros	59.507	31.380	60.747	31.787
Receita de outras comissões e prestação de serviços	27.859	20.506	27.859	20.506
Receita líquida com securitização de crédito	-	-	3.000	2.523
Receita com produtos financeiros	-	-	111.922	303
Impostos sobre comissões e serviços	(23.586)	(21.864)	(36.890)	(22.115)
Receita líquida com prestação de serviços	176.490	189.590	279.348	192.572
6.081.265	5.150.223	6.183.550	5.153.205	

27. RESULTADO POR NATUREZA

27.1 Classificado por função:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(3.076.995)	(2.754.776)	(3.077.441)	(2.755.897)
Gerais e administrativas	(676.045)	(486.412)	(682.646)	(487.881)
Vendas	(2.178.333)	(2.026.254)	(2.260.358)	(2.025.532)
Perdas em créditos, líquidas	-	-	(64.271)	(492)
Outras receitas operacionais, líquidas	170.287	209.495	169.254	209.495
(5.761.086)	(5.057.947)	(5.915.370)	(5.060.407)	

27.2 Custo das vendas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo das mercadorias vendidas	(3.005.335)	(2.690.186)	(3.004.837)	(2.690.186)
Custo com perda de mercadorias	(71.073)	(63.729)	(71.071)	(63.729)
Custo dos serviços prestados	(587)	(861)	(587)	(861)
Custo dos serviços financeiros	-	-	(946)	(1.121)
(3.076.995)	(2.754.776)	(3.077.441)	(2.755.897)	

27.3 Despesas gerais e administrativas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal	(303.700)	(254.764)	(309.835)	(254.763)
Materiais/serviços de terceiros	(125.195)	(126.127)	(125.578)	(127.569)
Depreciação e amortização (a)	(171.218)	(102.317)	(171.311)	(102.325)
Depreciação direito de uso	(25.748)	(22.319)	(25.748)	(22.319)
Ocupação (b)	(11.784)	(5.728)	(11.784)	(5.727)
Outros (c)	(38.400)	24.843	(38.390)	24.822
(676.045)	(486.412)	(682.646)	(487.881)	

(a) Em 2022 a Companhia revisou a vida útil dos ativos o que deduziu as despesas de depreciação em R\$5.710. (b) A Companhia optou por adotar o expediente prático previsto no CPC06 (R2) e considerou os descontos de aluguel decorrentes da pandemia no valor de R\$241 em 31 de dezembro de 2022 (R\$738 no mesmo período de 2021) como redutor da despesa de ocupação. (c) Em 2021, contém a reversão de provisões trabalhistas no valor de R\$41.418, já em 2022 o valor de provisão trabalhista foi de R\$5.812 e R\$6.804 referente a indenizações de processos tributários e civis.

27.4 Despesas com vendas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal	(692.640)	(598.914)	(731.739)	(598.914)
Materiais/serviços de terceiros	(323.899)	(324.160)	(351.675)	(324.160)
Depreciação direito de uso	(321.079)	(285.667)	(321.079)	(285.667)
Depreciação e amortização (a)	(123.749)	(144.330)	(123.749)	(144.330)
Ocupação (b)	(153.337)	(294.021)	(153.337)	(294.022)
Publicidade e Promoção	(161.389)	(211.744)	(161.389)	(211.744)
Outros	(202.240)	(167.418)	(217.298)	(166.795)
(2.178.333)	(2.026.254)	(2.260.266)	(2.025.632)	

(a) Em 2022 a Companhia revisou a vida útil dos ativos o que reduziu as despesas de depreciação em R\$ 34.816; (b) A Companhia optou por adotar o expediente prático previsto no CPC06 (R2) e considerou os descontos de aluguel decorrentes da pandemia no valor de R\$18.487 em 31 de dezembro de 2022 (R\$41.524 no mesmo período de 2021) como redutor da despesa de ocupação.

27.5 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas, por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado na baixa de ativos	(6.592)	(2.529)	(6.592)	(2.529)
Reversão (provisão) impairment:				
Encerramento/reforma de lojas/CDs	3.966	(2.220)	3.966	(2.220)
Teste de recuperabilidade	2.174	6.121	2.174	6.121
Recuperação de créditos fiscais (a)	200.382	228.404	200.382	228.404
Reversão (provisão) contingências tributárias	(6.453)	(13.644)	(6.453)	(13.644)
Consultorias Estratégicas	(7.104)	(4.309)	(7.104)	(4.309)
Outros	(14.086)	(2.328)	(15.119)	(2.328)
170.287	209.495	169.254	209.495	

(a) A recuperação de créditos está demonstrada líquida dos gastos com advogados, consultoria e auditoria e compreende, substancialmente, os ganhos relativos à Lei do Bem, Créditos Previdenciários e Ação de ICMS de Energia Elétrica.

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Variação cambial				
Variação cambial - Compras	324	(691)	324	(691)
Despesa financeira				
Juros sobre empréstimos	(272.366)	(81.458)	(272.366)	(81.458)
Juros sobre arrendamento	(156.537)	(135.412)	(156.537)	(135.412)
Despesa financeira de fornecedores - AVP	(88.611)	(28.604)	(88.611)	(28.604)
Juros com fornecedor Bradesco	(54.328)	(14.462)	(54.328)	(14.462)
Juros sobre impostos e contingências	(21.742)	(14.462)	(21.742)	(14.462)
Despesas bancárias e IOF	(2.284)	(2.812)	(2.334)	(2.816)
Outros	(4.079)	(4.420)	(5.416)	(4.553)
(599.947)	(267.168)	(601.339)	(267.305)	

Receita financeira
 Juros e atualização monetária (a) 168.737 126.385 168.642 126.381
 Juros sobre aplicação financeira 110.312 37.194 111.662 37.368
 Receita financeira de fornecedores 9.248 12.438 9.248 12.438
 Outros 7 2 7 2
288.304 **176.019** **289.559** **176.189**
(311.319) **(91.840)** **(311.456)** **(91.807)**
 Resultado financeiro líquido
 (a) Em dez/2022, as receitas com juros contemplam o valor de R\$125.784 (R\$98.691 em dez/21) referente a atualização monetária sobre os créditos tributários extemporâneos de PIS/COFINS, deduzidos da tributação pelo PIS/COFINS no montante de R\$5.849 (R\$4.589 em dez/21).

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas. Os negócios foram classificados em dois segmentos, varejo e serviços financeiros e as principais características para cada uma das divisões são: (i) Varejo: comércio de artigos de vestuário, perfumaria, cosméticos, relógios, celulares em lojas físicas e e-commerce. (ii) Produtos e serviços financeiros: operações de crédito ao consumidor e intermediação de venda de seguros através de parceiros ou operações próprias com o cartão C&A Pay.

	Varejo		Serviços financeiros		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Receita com terceiros	5.926.173	4.978.232	257.377	174.973	6.183.550	5.153.205
Custo das vendas e dos serviços prestados	(3.075.909)	(2.753.915)	(1.532)	(1.982)	(3.077.441)	(2.755.897)
Lucro bruto	2.850.264	2.224.317	255.845	172.991	3.106.109	2.397.308
Gerais e administrativas	(473.412)	(361.184)	(12.175)	(2.053)	(485.587)	(363.237)
Vendas	(1.617.101)	(1.467.679)	(198.337)	(127.956)	(1.815.438)	(1.595.635)
Perdas em créditos, líquidas	-	-	(64.271)	(492)	(64.271)	(492)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	170.281	210.741	(1.027)	(1.246)	169.254	209.495
Resultado gerado pelos segmentos (sem depreciação)	930.032	606.195	(19.965)	41.244	910.067	647.439
Depreciação e amortização	(626.334)	(548.074)	(15.553)	(6.567)	(641.887)	(554.641)
Resultado financeiro	(311.320)	(91.837)	(136)	30	(311.456)	(91.807)
Impostos sobre o lucro	44.638	328.044	(533)	(26)	44.105	328.018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	37.016	294.328	(36.187)	34.681	829	329.009

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL

30.1 Política Contábil: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. a) Ativo financeiro: Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, os custos da transação são alocados diretamente no resultado. Para as contas a receber a prazo, o ativo financeiro é trazido a valor presente pela taxa básica de juros do dia do fechamento das demonstrações contábeis. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Mensuração subsequentemente: Para fins de mensuração subsequentemente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: (i) Ativos financeiros ao custo amortizado; (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados; (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento; ou (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia possui ativos financeiros classificados como Ativos financeiros ao custo amortizado; ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados; e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado: A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efet



C&A MODAS S.A.

CNPJ 45.242.914/0001-05
www.cea.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros designados para hedge accounting: Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, a Companhia administra as suas exposições em moeda estrangeira relacionadas à compra de mercadorias por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de entrada de mercadorias no estoque contida no orçamento oficial da Companhia. A partir de outubro de 2016, a Companhia designou formalmente para *hedge accounting* fluxos de caixa os instrumentos derivativos para cobertura das suas importações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de proteger a volatilidade do custo de entrada das mercadorias no estoque em decorrência dos momentos desfavoráveis na taxa de câmbio. A estrutura de *hedge* consiste na cobertura de uma transação prevista, altamente provável, de entradas de mercadorias no estoque em Dólar referente às importações de produtos que serão comercializados pela Companhia, contra o risco de flutuação de taxa de câmbio Dólar em relação ao Real, adotando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros derivativos como NDFs, em valores, vencimentos e moeda equivalentes ao budget de importações em Dólar. As transações para as quais a Companhia fez a designação de *hedge accounting* são altamente prováveis, apresentam uma exposição à variação do fluxo de caixa que poderia afetar lucros e perdas e são altamente efetivas em atingir as variações cambiais ou fluxo de caixa atribuível ao risco coberto. Instrumentos de proteção designados para *hedge accounting* e períodos previstos do fluxo de caixa das importações:

Data prevista	US\$ milhares		Vencimento	Contraparte	NDF valor de referência	US\$ milhares
	Budget (hedged)	Valor				
jan/23	(1.452)	1.452	jan/23	Itaú	1.452	
jan/23	(1.512)	1.512	jan/23	XP Investimento	1.512	
fev/23	(3.276)	3.276	fev/23	Bradesco	3.276	
mar/23	(1.465)	1.465	mar/23	Itaú	1.465	
mar/23	(2.641)	2.641	mar/23	XP Investimento	2.641	
abr/23	(5.748)	5.748	abr/23	Bradesco	5.748	
mai/23	(3.266)	3.266	mai/23	XP Investimento	3.266	
jun/23	(3.044)	3.044	jun/23	XP Investimento	3.044	
Total	(22.404)	22.404				

Os instrumentos financeiros estão mensurados a valor justo, na categoria nível 2, que envolve técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Na tabela a seguir demonstramos as posições consolidadas por data de vencimento em aberto em 31 de dezembro de 2022 dos contratos a termo (non-deliverable forward - NDF) utilizados para cobertura de risco de taxa de câmbio:

Derivativo	Posição	Contrato	Data da contratação	Data de vencimento	Valor de referência (nacional) - USD	Valor Justo
Termo	Comprado	NDF	26/01/22	18/01/23	714	(528)
Termo	Comprado	NDF	28/10/22	18/01/23	1.512	(297)
Termo	Comprado	NDF	04/11/22	18/01/23	738	88
Termo	Comprado	NDF	22/02/22	15/02/23	905	(254)
Termo	Comprado	NDF	28/10/22	15/02/23	845	(115)
Termo	Comprado	NDF	04/11/22	15/02/23	583	101
Termo	Comprado	NDF	28/12/22	15/02/23	943	5
Termo	Comprado	NDF	24/03/22	15/03/23	1.465	51
Termo	Comprado	NDF	28/10/22	15/03/23	223	(32)
Termo	Comprado	NDF	04/11/22	15/03/23	1.114	179
Termo	Comprado	NDF	28/12/22	15/03/23	1.304	2
Termo	Comprado	NDF	28/10/22	19/04/23	2.874	(469)
Termo	Comprado	NDF	04/11/22	19/04/23	2.874	406
Termo	Comprado	NDF	28/12/22	17/05/23	759	(11)
Termo	Comprado	NDF	04/11/22	17/05/23	2.507	351
Termo	Comprado	NDF	28/12/22	21/06/23	1.536	(49)
Termo	Comprado	NDF	04/11/22	21/06/23	1.508	187
Total					22.404	(385)

Ativo circulante
1.371

Passivo circulante
(1.756)

Os instrumentos financeiros derivativos estão registrados a valor justo. Dessa forma, no início da transação de hedge, o valor contábil e valor justo são iguais. Em 31 de dezembro de 2022, as operações de NDF não liquidadas apresentam um saldo devedor líquido dos efeitos tributários no montante de R\$254 (saldo credor líquido de R\$248 em 31 de dezembro de 2021), lançado em outros resultados abrangentes. O valor apresentado nas demonstrações do resultado abrangente refere-se à variação entre as operações não liquidadas em 2021 e 2022 (entre 2020 e 2021). No período findo em 31 de dezembro de 2022, o custo das mercadorias vendidas foi impactado negativamente com as operações de NDF no montante de R\$21.086 (perda de R\$505 no mesmo período de 2021). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as operações de *hedge* com NDF utilizadas para proteção do risco de fluxo de caixa de pedidos de importação foram efetivas, com base na normativa prevista pelo CPC 48/IFRS 9. Para testar a efetividade, a Companhia compara as alterações no valor do instrumento de *hedge* com as alterações no valor do item protegido atribuíveis ao risco coberto. Caso a operação se torne inefetiva, a parcela inefetiva é registrada diretamente no resultado, no período em que ocorrer. A inefetividade pode ocorrer devido às diferenças no timing dos fluxos de caixa dos itens protegidos e dos instrumentos de *hedge*. Não houve parcelas inefetivas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. b) Risco de crédito: *i) Caixa e equivalentes de caixa:* De acordo com a política da Companhia, caixas e equivalentes de caixa devem ser aplicados em instituições financeiras classificadas com baixo risco de crédito. *ii) Recebíveis:* A partir de dezembro de 2021 a Companhia passou a operar, através da controladora Orion, o cartão de sua titularidade, o C&A Pay. Esta operação ainda é recente e a Administração se estruturou para controlar o risco de crédito através do monitoramento constante da carteira. As perdas esperadas das operações de *Private Label* do C&A Pay são constituídas pela Companhia com base nos estudos internos para mensuração dos percentuais de perda de acordo com os estágios e com o tempo de atraso, levando em consideração a probabilidade e exposição à inadimplência e perda efetiva de cada faixa de atraso. À medida que a operação do cartão C&A Pay obtiver maturidade, as estimativas e metodologias poderão ser revisadas para adequar ao perfil dos clientes. A Administração considera que as estimativas utilizadas na previsão para as perdas esperadas são suficientes para cobrir eventuais perdas de créditos da carteira de clientes. O risco de crédito das demais operações da Companhia é minimizado à medida que os ativos representados pelos recebíveis da venda de mercadoria e serviços são intermediados pelo Banco Bradescard e empresas administradoras de cartão de crédito. No caso das administradoras de cartão de crédito, o risco é integralmente transferido a elas, ficando para a Companhia apenas o risco de não reconhecimento de compra pelos clientes para o qual é mensurada e registrada uma provisão de redução ao valor recuperável. No caso das operações intermediadas pelo Banco Bradescard, existe uma perda potencial, limitada à 50% conforme previsto em contrato, dos recebíveis duvidosos líquidos registrados naquela instituição, além do não reconhecimento de compra pelo cliente. Historicamente, as perdas de crédito são inferiores aos ganhos provenientes do resultado do contrato de parceria com o Banco Bradescard. c) Risco de liquidez: Com base no ciclo de caixa da operação, a Administração aprovou uma política de caixa mínimo com o objetivo de: i) se precaver em momentos de incerteza; ii) garantir a execução da estratégia de investimentos e expansão; iii) garantir a manutenção da política de distribuição de dividendos. A Administração monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez da Companhia e sua controlada para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, os planos de investimentos e as obrigações financeiras. A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros pós-fixados e com liquidez diária (CDBs e LCAs de instituições financeiras que se enquadram na política de investimento aprovada pela Administração). Em 2021 a Companhia também investiu em LFTs (Nota 7) e como tem a intenção de manter o ativo até o vencimento, registrou o custo amortizado. O quadro a seguir resume o perfil do vencimento dos passivos financeiros consolidados da Companhia:

Em 31 de dezembro de 2022	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Arrendamento mercantil	513.238	893.435	382.539	1.789.212
Empréstimos	746.015	1.404.817	-	2.150.832
Fornecedores	1.864.653	12.570	-	1.877.223
Total	3.123.906	2.310.822	382.539	5.817.267

30.3 Gestão de capital: O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma estrutura de financiamento de suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada essa estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos e captar empréstimos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital no período findo em 31 de dezembro de 2022.

Divida Líquida sem Passivo de Arrendamento	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Empréstimos e debêntures de curto e longo prazo	1.987.375	1.358.756	2.150.832	1.374.826
Caixa e equivalentes de caixa	(1.627.977)	(1.003.249)	(1.674.091)	(1.050.251)
Aplicações financeiras	(8.735)	(7.776)	(8.735)	(7.776)
Dívida (caixa) líquida	350.663	347.731	468.006	316.799
Participação de acionistas não controladores	-	-	1	3
Total do patrimônio líquido	3.000.195	2.995.006	3.000.196	2.995.009
Índice de alavancagem financeira	12%	12%	16%	11%

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do passivo de arrendamento correspondeu a R\$1.789.212 (R\$1.814.148 em 31 de dezembro de 2021). Considerando o passivo de arrendamento no cálculo de gestão de capital, o índice de alavancagem da Companhia seria de 71%, como segue:

Divida Líquida com Passivo de Arrendamento	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Divida (caixa) líquida	350.663	347.731	468.006	316.799
Passivo de arrendamento	1.789.212	1.814.148	1.789.212	1.814.148
Divida líquida ajustada	2.139.875	2.161.879	2.257.218	2.130.947
Total do patrimônio líquido	3.000.195	2.995.006	3.000.196	2.995.009
Índice de alavancagem financeira	71%	72%	75%	71%

30.4 Instrumentos financeiros - classificação:	Em 31 de dezembro de 2022		Em 31 de dezembro de 2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2022	amortizado	Valor justo por meio outros resultados abrangentes	Total	
Ativos financeiros	-	-	-	
Caixa e equivalentes de caixa	1.627.977	-	1.627.977	
Aplicações financeiras	8.735	-	8.735	
Contas a receber	1.065.961	-	1.065.961	
Derivativos	-	1.371	1.371	
Partes relacionadas	4.411	-	4.411	
Depósitos judiciais	61.290	-	61.290	
Passivos financeiros				
Arrendamento mercantil	(1.789.212)	-	(1.789.212)	
Fornecedores	(1.865.384)	-	(1.865.384)	
Empréstimos e debêntures	(1.987.375)	-	(1.987.375)	
Derivativos	-	(1.756)	(1.756)	
Partes relacionadas	(48.567)	-	(48.567)	
Total em 31 de dezembro de 2022	(2.922.164)	(385)	(2.922.549)	

Em 31 de dezembro de 2021	Custo amortizado		Valor justo por meio outros resultados abrangentes		Total
	amortizado	Valor justo por meio outros resultados abrangentes			
Ativos financeiros	-	-	-	-	
Caixa e equivalentes de caixa	1.003.249	-	1.003.249	-	
Aplicações financeiras	7.776	-	7.776	-	
Contas a receber	1.144.404	-	1.144.404	-	
Derivativos	-	1.535	1.535	-	
Partes relacionadas	776	-	776	-	
Depósitos judiciais	61.937	-	61.937	-	
Passivos financeiros					
Arrendamento mercantil	(1.814.148)	-	(1.814.148)	-	
Fornecedores	(1.834.736)	-	(1.834.736)	-	
Empréstimos e debêntures	(1.358.756)	-	(1.358.756)	-	
Derivativos	-	(1.910)	(1.910)	-	
Partes relacionadas	(59.454)	-	(59.454)	-	
Total em 31 de dezembro de 2021	(2.848.952)	(375)	(2.849.327)		

Em 31 de dezembro de 2022	Custo amortizado		Valor justo por meio outros resultados abrangentes		Total
	amortizado	Valor justo por meio outros resultados abrangentes			
Ativos financeiros	-	-	-	-	
Caixa e equivalentes de caixa	1.674.091	-	1.674.091	-	
Aplicações financeiras	8.735	-	8.735	-	
Contas a receber	1.278.206	-	1.278.206	-	
Derivativos	-	1.371	1.371	-	
Partes relacionadas	171	-	171	-	
Depósitos judiciais	61.290	-	61.290	-	
Passivos financeiros					
Arrendamento mercantil	(1.789.212)	-	(1.789.212)	-	
Fornecedores	(1.877.223)	-	(1.877.223)	-	
Empréstimos e debêntures	(2.150.832)	-	(2.150.832)	-	
Derivativos	-	(1.756)	(1.756)	-	
Partes relacionadas	(43.592)	-	(43.592)	-	
Total em 31 de dezembro de 2022	(2.838.366)	(385)	(2.838.751)		

Em 31 de dezembro de 2021	Custo amortizado		Valor justo por meio outros resultados abrangentes		Total
	amortizado	Valor justo por meio outros resultados abrangentes			
Ativos financeiros	-	-	-	-	
Caixa e equivalentes de caixa	1.050.251	-	1.050.251	-	
Aplicações financeiras	7.776	-	7.776	-	
Contas a receber	1.145.336	-	1.145.336	-	
Derivativos	-	1.535	1.535	-	
Partes relacionadas	637	-	637	-	
Depósitos judiciais	61.937	-	61.937	-	
Passivos financeiros					
Arrendamento mercantil	(1.814.148)	-	(1.814.148)	-	
Fornecedores	(1.835.796)	-	(1.835.796)	-	
Empréstimos e debêntures	(1.374.826)	-	(1.374.826)	-	
Derivativos	-	(1.910)	(1.910)	-	
Partes relacionadas	(59.017)	-	(59.017)	-	
Total em 31 de dezembro de 2021	(2.817.500)	(375)	(2.818.225)		

O valor justo dos ativos e passivos financeiros da Companhia foram avaliados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pela hierarquia na categoria nível 2 que correspondem a dados observáveis significativos.

30.4 Mudanças nos passivos de financiamento no consolidado da Companhia:	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Fluxos	Juros	Remensuração passivo	Outros
Arrendamentos (i)	1.814.148	(438.840)	165.719	209.863
Empréstimos e debêntures	1.374.826	498.130	273.629	-
Total	3.188.974	9.290	439.348	209.863

(i) O valor apresentado em "Outros" refere-se aos contratos novos, encerrados e renovados.

31. SEGUROS CONTRATADOS	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Fluxos	Juros	Remensuração passivo	Outros
Arrendamentos (i)	1.654.796	(438.262)	144.151	186.140
Empréstimos e debêntures	1.211.252	79.024	82.181	-
Total	2.866.048	(359.238)	226.332	186.140

(i) O valor apresentado em "Outros" refere-se aos contratos novos, encerrados e renovados.

32. PLANO DE APOSENTADORIA

32.1 Política contábil: A Companhia é patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como finalidade instituir planos de previdência ao grupo de funcionários de suas patrocinadoras. Em essência, os planos previdenciários patrocinados pela Companhia são estruturados na modalidade de contribuição definida e as contribuições aos planos são feitas pelos participantes ativos e/ou patrocinados. Os planos também garantem um benefício mínimo pago em uma única parcela por ocasião do término do vínculo empregatício e elegibilidade à aposentadoria. As contribuições ao plano relativas a este benefício mínimo são feitas exclusivamente pela Companhia. Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o regime de competência. Conforme CPC 33/IAS19, aprovado pela Resolução CFC nº 1.193/09, a Companhia reconhece um ativo atuarial quando: (a) controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros; (b) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela entidade e serviço prestado pelo empregado); e (c) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Companhia na forma de redução em contribuições futuras. **32.2 Plano de aposentadoria:** Em 2022, a Companhia contribuiu com R\$11.364 (R\$ 9.653 em 2021) aos planos, contabilizados como despesa no resultado do exercício. O total de empregados participantes dos planos em 31 de dezembro de 2022 é de 5.647 participantes (8.055 em 31 de dezembro de 2021), tendo 185 participantes assistidos (199 em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022, o valor justo dos ativos do plano relacionados ao benefício mínimo, supera o valor atuarial presente das obrigações acumuladas de benefícios em aproximadamente R\$632 (R\$2.552 em 31 de dezembro de 2021).

33. RESULTADO POR AÇÃO	2022		2021	
	Resultado básico por ação	Resultado diluído por ação	Resultado básico por ação	Resultado diluído por ação
Lucro líquido do exercício	928	329.009	928	329.009
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	306.275.168	308.030.568	306.275.168	308.030.568
Lucro líquido por ação - R\$	0,0027	1,0681	0,0027	1,0681
Resultado diluído por ação	928	329.009	928	329.009
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	306.275.168	308.030.568	306.275.168	308.030.568
Média ponderada das opções outorgadas	-	-	-	-
no plano de remuneração baseada em ações	2.751.213	1.855.934	2.751.213	1.855.934
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias diluídas	309.026.381	309.886.502	309.026.381	309.886.502



C&A MODAS S.A.

CNPJ 45.242.914/0001-05

www.cea.com.br



→* continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 14, a Companhia possui contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R\$710.110 mil em 31 de dezembro de 2022, computados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. A Companhia avaliou a recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis futuros.

Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da administração na determinação de premissas e critérios utilizados nas projeções de lucros tributáveis futuros, que são afetadas pelas expectativas de mercado e condições econômicas.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envolvimento de profissionais especializados em projeções financeiras e em impostos para nos auxiliarem na avaliação das premissas e da metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de lucros tributáveis futuros. As projeções de lucros tributáveis futuros foram elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pelos órgãos de administração. Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na Nota Explicativa nº 14.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 14, são apropriados, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Realização dos créditos tributários extemporâneos

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui créditos tributários extemporâneos relativos a PIS e COFINS no montante de R\$1.363.664 mil e de ICMS sobre o fornecimento de energia elétrica no montante de R\$ 75.382 mil, oriundos de causas judiciais já transitadas em julgado e causas que aguardam o trânsito em julgado, mas cuja probabilidade de desfecho favorável à Companhia é considerada pelos assessores jurídicos como sendo praticamente certa. A Companhia avaliou a recuperabilidade destes saldos com base em projeções de suas informações financeiras prospectivas.

Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da administração na determinação de premissas e critérios utilizados nestas projeções de informações financeiras prospectivas, que são afetadas pela expectativa futura de mercado e condições econômicas.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envolvimento de profissionais especializados em projeções financeiras e em impostos para nos auxiliarem na avaliação das premissas e da metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções financeiras futuras. As projeções de informações financeiras prospectivas foram elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pelos órgãos de administração. Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na Nota Explicativa nº 12.

Identificamos deficiência significativa nos controles internos da Companhia a respeito do reconhecimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de créditos extemporâneos de ICMS relativos ao fornecimento de energia, reconhecidos na competência incorreta. Comunicamos à Administração e ao Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos saldos de créditos extemporâneos, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 12, são apropriados, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Contingências tributárias

A Companhia é parte passiva em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas disputas tributárias, cuja provisão em 31 de dezembro de 2022 era de R\$245.782 mil (R\$149.691 mil, líquido dos depósitos judiciais com passivo correspondente), conforme divulgado na Nota Explicativa nº 23. A avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para cobrir as perdas prováveis requerem julgamento por parte da diretoria da Companhia, que conta com o suporte das opiniões dos seus assessores jurídicos internos e externos. Eventuais mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia, que foram tomadas como base para exercer esse julgamento, ou em fatores externos, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias e dos tribunais, podem impactar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia de forma relevante.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia é parte em discussões tributárias que somam R\$362.640 mil, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 23.4, não provisionado contabilmente nas demonstrações contábeis dada a avaliação por parte da diretoria, suportada por seus assessores jurídicos externos e internos, de que o prognóstico de perda nessas discussões é possível, mas não provável.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e ao fato de que a avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão envolvem alto grau de julgamento profissional por parte da diretoria da Companhia em conjunto com os seus assessores jurídicos externos e internos.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para a classificação dos processos administrativos e judiciais entre perda provável, possível ou remota, incluindo as premissas utilizadas para mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para riscos tributários. Analisamos as provisões reconhecidas e os processos divulgados relacionados às contingências classificadas como perda possível, levando em consideração as avaliações elaboradas pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia. Obtivemos evidências sobre os riscos de perdas considerados pela Companhia nos principais processos, incluindo a documentação existente, pareceres e opiniões legais, bem como obtivemos as confirmações externas dos assessores jurídicos da Companhia contendo o estágio atual e o prognóstico de perda nestes processos administrativos e judiciais. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Nota Explicativa nº 23 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 23, são apropriados, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Companhia possui volume elevado de transações diárias, realizadas por meio das operações ocorridas em suas lojas, centros de distribuição e seu comércio eletrônico. Devido à alta dependência da Companhia em sistemas e estrutura de tecnologia, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um principal assunto de auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos profissionais de tecnologia da informação para nos auxiliar no entendimento e avaliação do ambiente de controles gerais de tecnologia relacionados aos processos de gestão de acessos lógicos, gestão de mudanças e gestão de operações de tecnologia da informação, para os sistemas considerados relevantes para a geração de informações diretamente relacionadas ao fornecimento de informações para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Como resultado desses procedimentos, não foram identificadas deficiências de controle relacionadas aos processos mencionados.

Com base nestes resultados, consideramos apropriadas as informações extraídas dos sistemas da Companhia para o planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração/Comentário do Desempenho.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração/Comentário do Desempenho e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração/Comentário do Desempenho e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração/Comentário do Desempenho, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração

das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de março de 2023



ERNST & YOUNG
Audítores Independentes S.S. Ltda.
 CRC-2SP034519/O-6
Flávio Serpejante Peppe
 Contador - CRC-1SP172167/O-6

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de

24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 02/03/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/02/CeAMODAS1567995402032023.pdf>
 Hash:16777138810877e7275c6e4d48a81cbc6df8656b32